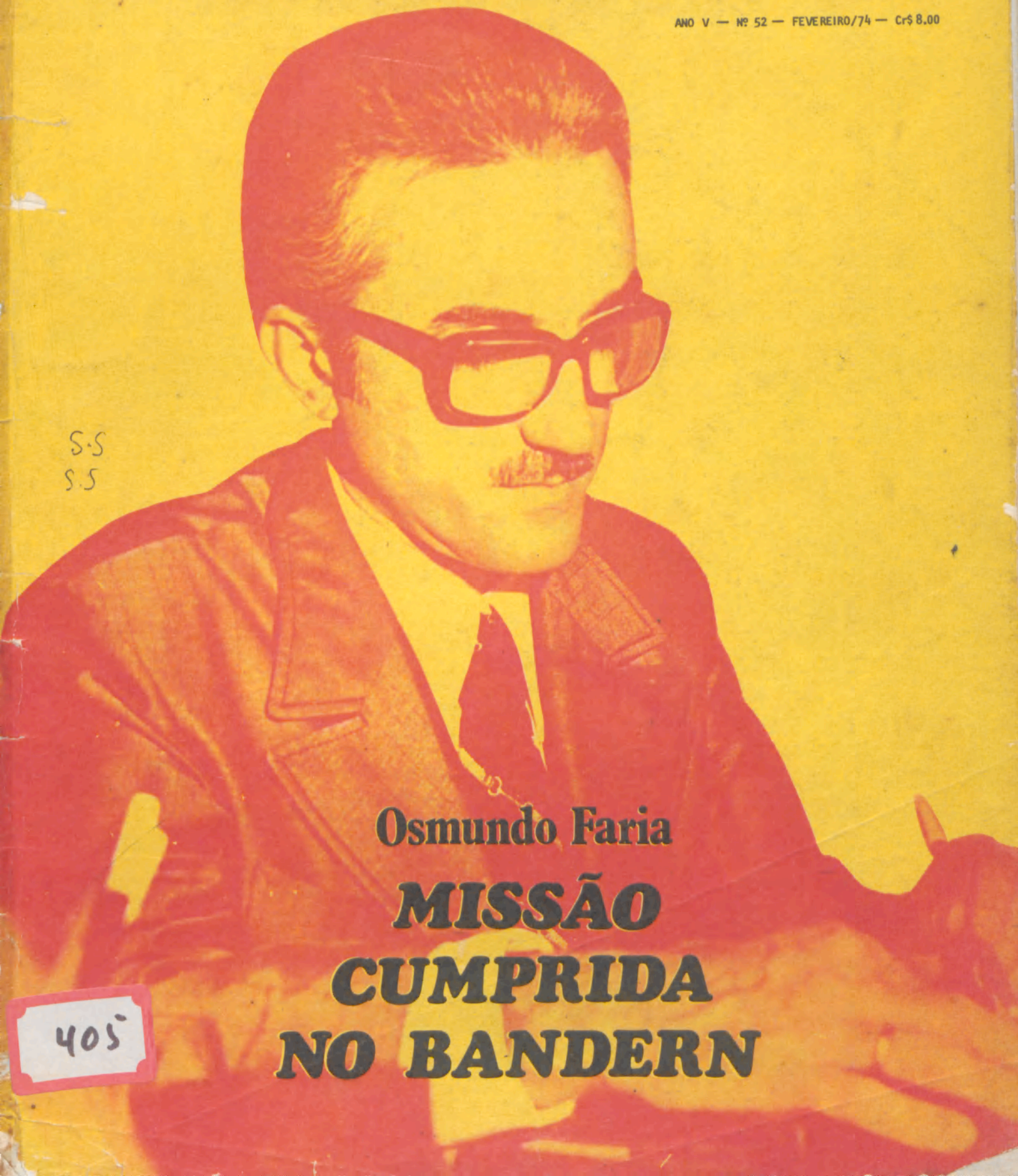


CF/SAD

# RN-ECONOMICO

ANO V — Nº 52 — FEVEREIRO/74 — Cr\$ 8,00



S.S  
S.S

Osmundo Faria  
**MISSÃO  
CUMPRIDA  
NO BANDERN**

405

# DIVISÓRIAS METAPLAC, OU GUERRA.

A divisão racional do trabalho começa com a divisão do espaço. Já vai longe o tempo em que você levantava parede de alvenaria e no mês seguinte derrubava a mesma parede.

A divisória Metaplac é fabricada com alumínio anodizado e é facilmente desmontável para atender a um futuro crescimento da empresa. Verifique as montagens, a exatidão das medidas, os encaixes cuidadosamente ajustados. Veja tudo.

E depois, bata palmas. Ela merece.

Você pode escolher o tipo de acabamento que preferir. Ou painéis de madeira de lei, ou fórmica, ou duraplac, ou vidro, ou o material que quiser. É só falar. As vendas são a prazo sem acréscimo. Tem mais: você só começa a pagar depois que a divisória estiver instalada.

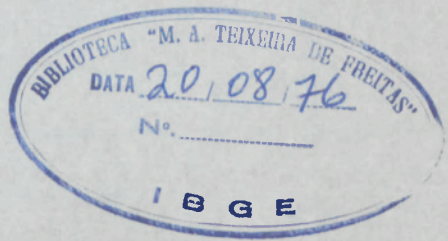
Acabe com o congestionamento dentro da sua empresa. Divisória Metaplac nela.



**METALÚRGICA DO NORDESTE S.A.**

Fábrica e escritório: Rua Padre João Damasceno, 4  
tel. 22820 - Natal.

Vendas - Recife: Rua da União, 27 - conj. 502 -  
tel. 22-2598. Salvador: Rua Marquês de Leão, 34.



**Diretores-Editores**

MARCOS AURÉLIO DE SA  
MARCELO FERNANDES DE  
OLIVEIRA

**Gerente**

Núbia Fernandes de Oliveira

**Redatores**

Sebastião Carvalho  
João Bezerra  
Fernando Siqueira  
Jorge Batista

**Fotos**

João Garcia de Lucena

**Colaboradores**

Alvamar Furtado  
Antônio Florêncio  
Benivaldo Azevedo  
Cortez Pereira  
Dalton Melo  
Domingos Gomes de Lima  
Edgar Montenegro  
Fabiano Veras  
Fernando Paiva  
Genário Fonseca  
Hélio Araujo  
Hênio Melo  
Joanilson P. Rego  
João de Deus Costa  
João Wilson M. Melo  
Jomar Alecrim  
Luiz Carlos A. Galvão  
Manoel Leão Filho  
Moacyr Duarte  
Ney Lopes de Souza  
Nivaldo Monte  
Otto de Brito Guerra  
Severino Ramos de Brito  
Túlio Fernandes Filho  
Ubiratan Galvão

RN-ECONOMICO, revista mensal especializada em assuntos econômico-financeiros do Rio Grande do Norte, é de propriedade da Editora RN-ECONOMICO Ltda. C.G.C.M.F. 08423279. Rua Princesa Isabel, 670 — 1.º andar — Fone 2-0706 — Natal (RN). Impressa na Gráfica RN-ECONOMICO — Rua Princesa Isabel, 670 — Térreo — Natal (RN). É proibida a reprodução total ou parcial de matérias contidas nesta edição. Preço de assinatura anual: Cr\$ 40,00. Preço do exemplar: Cr\$ 4,00. Número atrasado: Cr\$ 5,00.

# Reportagens

pesquisa	<b>0</b>
INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES PRECISA SE MODERNIZAR....	<b>0</b>
leite	<b>18</b>
A FACA E O QUEIJO COM OS PRODUTORES.....	<b>18</b>
minério	<b>23</b>
MOSSORÓ TEM 4 TRILHÕES DE TONELADAS DE CALCÁREO..	<b>23</b>
sudene	<b>26</b>
29 PROJETOS DO RN ESTÃO ENGAVETADOS.....	<b>26</b>
34/18	<b>28</b>
TERMINOU A ESPECULAÇÃO?.....	<b>28</b>
agricultura	<b>33</b>
PROJETOS AGRÍCOLAS ALTERAM A ECONOMIA.....	<b>33</b>
urbanismo	<b>33</b>
UMA ESTRADA PODE MUDAR O DESTINO DE NATAL.....	<b>33</b>

# Secções

HOMENS & EMPRESAS.....	<b>4</b>
------------------------	----------

# Homens & Empresas

## GRUPO MOTTA COM NOVA FÁBRICA

O grupo Motta (Curtume São Francisco) dará início em março a um novo negócio: confecções em couro. Nesse sentido, o grupo pagou à Induplan a elaboração de um projeto e parte para a construção de uma nova fábrica com 5 mil metros quadrados de área coberta, em terreno situado em frente ao Curtume. A produção de confecções se destinará à exportação.

## SCARPA VEM PARA O RN

O trevo da BR-101, em Parnamirim, breve ficará cercado de indústrias. De um lado, a fábrica de canetas (Companhia Brasileira de Esferográficos); de outro, um motel classe "A", já em construção, pertencente a João Veríssimo da Nóbrega; e do lado direito, uma fábrica de cordas e cordéis de sisal, investimento da ordem de 15 a 20 milhões de cruzeiros. Esta indústria fará parte do grupo Scarpa, o mesmo que lidera as fábricas de cerveja Skol e Caracu. Esse mesmo grupo está comprando terras no interior do Estado para criação de gado pelo sistema voisin.

## VIAÇÃO NORDESTE ATÉ JOÃO PESSOA

O DNER homologou a operação de compra da Viação Cruzeiro do Sul (que fazia a linha Natal-João Pessoa) pela Viação Nordeste Ltda., que agora estende o seu raio de ação aos Estados do Ceará e da Paraíba. A compra havia sido feita há vários meses.

## REFINARIA DE PETRÓLEO

Apesar de ainda não ter havido o anúncio oficial, circula nos meios econômicos a notícia de que a Petrobrás implantará uma refinaria de petróleo no Rio Grande do Norte. Já estaria, inclusive, definida a sua localização na margem do rio Potengi, do outro lado de Natal. Com a descoberta de petróleo em Macau, é perfeitamente possível que a notícia seja verdadeira.

## MARPAS LANÇA VW-DIAGNOSE

Marpas S/A, revendedor autorizado Volkswagen em Natal, acaba de lançar o serviço de check up de automóveis, já conhecido no Sul do país como VW-Diagnose. Com isso, são ainda mais ampliadas as condições de sua oficina de oferecer uma perfeita assistência mecânica aos carros da linha Volkswagen. Detalhe: carros de outras marcas também podem ser atendidos pelo serviço de check up.

## LUCRO EM DÓLARES

Os economistas Jomar Alecrim e Benivaldo Azevedo, que dirigem um escritório de planejamento e agora se voltam para a implantação de uma indústria de beneficiamento de castanha de caju, publicaram o perfil do seu projeto e agora vão começar a captar recursos do 34/18. Diante das dificuldades de captação, eles bolaram uma mensagem de efeito: na capa do perfil, uma nota de dólar e a promessa de que os lucros da Frutal (nome da empresa) serão em dólares.

## RADIR CONSTRÓI MAIS UMA LOJA

Muito breve Radir Pereira iniciará a construção da maior loja de eletrodomésticos de Natal, em terreno situado na esquina da avenida Deodoro com a rua João Pessoa, medindo mais de 500 metros quadrados. A nova loja de ASertaneja possuirá quatro andares, com escadas rolantes e estacionamento no subsolo para dezenas de automóveis. O terreno custou Cr\$ 600 mil, à vista. A loja será inaugurada antes do final do ano. Por outro lado, Radir acaba de inaugurar mais uma unidade de A Sertaneja, desta feita na cidade de Pau dos Ferros, passando assim a atingir efetivamente todas as regiões do Rio Grande do Norte.

## JOSSAN IMPLANTA PROJETO NA BAHIA

A Jossan, indústria de arames galvanizados, pregos e grampos, faturou em 1973 a soma de 12 milhões de cruzeiros e deverá faturar 18 este ano, apesar da crise de matéria prima. Associados a um grupo alemão, os diretores da Jossan começaram agora a implantar em Feira de Santana, na Bahia, uma nova fábrica com o dobro da área e da capacidade de produção da fábrica natalense. A Jossan da Bahia S/A já tem projeto aprovado pela SUDENE no valor de Cr\$ 30 milhões e já comprou um terreno de 50 mil metros quadrados no distrito industrial de Subaie. O grupo alemão que se uniu a Jossan com 50% do capital é o Spama, que já é conhecido no Sul, onde mantém indústria de equipamentos siderúrgicos.



João C. da Motta



Radir Pereira



Abbas Hassan



Alonso Bezerra

### ALPARGATAS MANTÉM ETIQUETA

O grupo Alpargatas, considerado o maior do país no ramo de confecções e artefatos de algodão, comprou as Confecções Sucar e já mantém em Natal uma equipe técnica planejando o futuro da empresa aqui. Por enquanto, está

ainda sendo mantida a etiqueta da Sucar nos produtos que só desaparecerá dentro de mais alguns meses. A Alpargatas está dando prioridade à conclusão da nova fábrica da avenida Salgado Filho que, tão logo comece a funcionar produzirá 12 mil peças por dia, entre calças e camisas masculinas. Dentro de um ano, o grupo espera produzir 20 mil peças/dia, para no terceiro ano alcançar a casa das 60 mil.

### CIBRESME SEMPRE PRESENTE

A Cibresme — Cia. Brasileira de Estruturas Metálicas — é hoje amplamente conhecida nos meios empresariais do Rio Grande do Norte. Onde quer que se implante uma indústria de porte, lá está a Cibresme fornecendo estruturas metálicas. Recentemente, ela venceu as seguintes concorrências: Confecções Sparta (grupo UEB), Brasinox (indústria de equipamentos de aço inoxidável que começará a ser construída em abril), Companhia Açucareira Vale do Ceará Mirim, Fiação Borborema (que está duplicando sua área coberta), Sitex e Confecções Júnior. Fernando Bezerril representa a Cibresme no Rio Grande do Norte e na Paraíba.

### GRÁFICA RN-ECONÔMICO EM NOVAS INSTALAÇÕES

A Gráfica RN-ECONÔMICO, única indústria gráfica equipada com máquinas Off Set no Estado, está agora em novas instalações, à rua Prudente de Moraes, 1524. Pela necessidade de maior espaço físico, a Gráfica deixou de funcionar no prédio onde se localiza a redação da revista RN-ECONÔMICO, à rua Prinseca Isabel, 670.

### ABBAS DINAMIZA A GRANJA LAWAR

A Lawar Industrial, Comercial e Avícola, maior projeto de avicultura do Estado, entra em fase de dinamização e deverá estar totalmente implantado muito em breve. Com a venda do Hotel Monte Líbano ao grupo UEB, Abbas Hassan El-Aouar passou a se dedicar integralmente a Lawar que já possui um efetivo de 60 mil aves para postura e abate e poderá chegar a um milhão. O mercado, principalmente para ovos, é excepcional. Natal continua importando ovos até de São Paulo.

### ANTÔNIO SUCAR NÃO SUPORTOU 34/18

Uma das razões que levou o empresário Antônio Sucar a entregar à Alpargatas o controle total das Confecções Sucar S/A foi a dificuldade de captar recursos do artigo 34/18. Ao decidir-se pela venda da sua empresa, An-

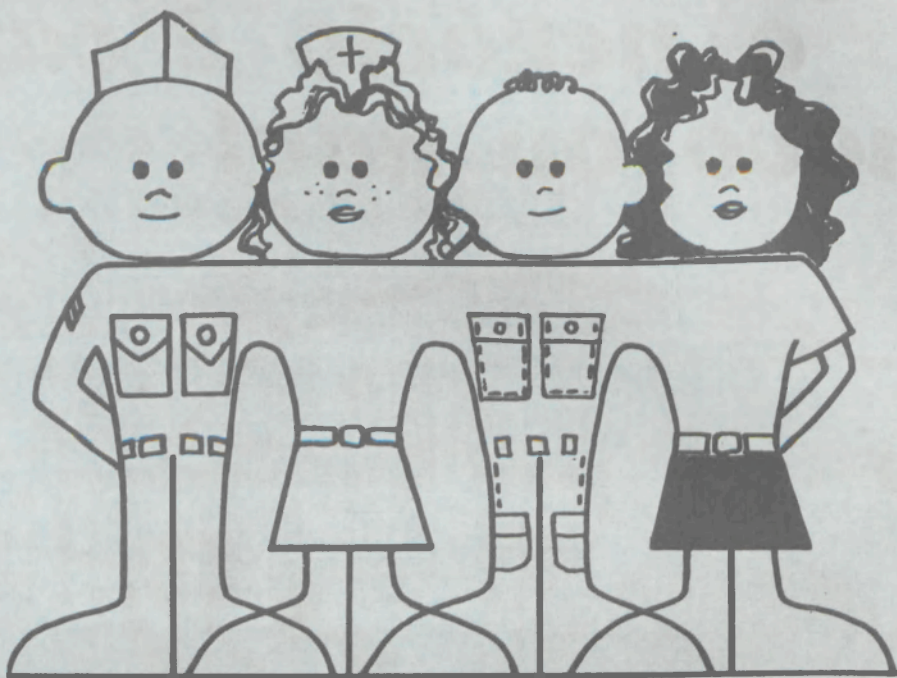
tônio Sucar foi convidado pela Alpargatas a permanecer numa das diretorias, mas ele não aceitou. Agora, ele parte para outros negócios. Informa-se que entre os seus planos está a criação de uma cadeia de lojas de confecções.

### O PROJETO DA TOPVEST

Até junho próximo estará implantado o projeto da Topvest S/A — Artefatos de Tecidos, empresa do grupo Hemetério Gurgel dirigida por Romildo Gurgel. Esta indústria será instalada sem recursos do 34/18 uma vez que os seus dirigentes preferiram utilizar recursos financiados pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, no valor de Cr\$ 5,8 milhões. A Topvest, localizada vizinha à Sitex S/A (indústria de etiquetas), produzirá 180 mil calças unissex e 600 mil camisas, por ano. Proporcionará 233 empregos diretos.

### AS MÁQUINAS DA SACOPLAST

Até o final de abril chegarão as máquinas encomendadas pelos grupos Planosa e Alonso Bezerra para a indústria de sacos trançados de rafia de proliprotileno — SACOPLAST — que esses grupos estão implantando numa área de 10 mil metros quadrados no município de Parnamirim. O projeto é implantado com recursos do BNDE e do Banco de Desenvolvimento do Estado. Serão criados 90 empregos. Além de derivados de petróleo, a SACOPLAST utilizará em grande escala o sisal como matéria prima.



# Dinan

Rua General Glicério, 858

# Cardamentos

Fone 2-0910 - Ribeira - Natal (RN)

## A SOLUÇÃO EFICIENTE



QUANDO VOCÊ PENSA EM COMPRAR MÁQUINA DE ESCREVER, BIRÔ, ARQUIVO, VOCÊ PENSA EM AUMENTAR A EFICIÊNCIA DE SEUS FUNCIONÁRIOS.

A CASA PORCINO TEM A SOLUÇÃO CERTA PARA AUMENTAR A PRODUTIVIDADE DE SUA EMPRESA, NO CAMPO ADMINISTRATIVO: MÁQUINAS OLIVETTI, PARA TODOS OS FINS; BIRÔS FUNCIONAIS E ARQUIVOS PRÁTICOS. E TUDO O MAIS QUE TORNA O SEU ESCRITÓRIO EFICIENTE.

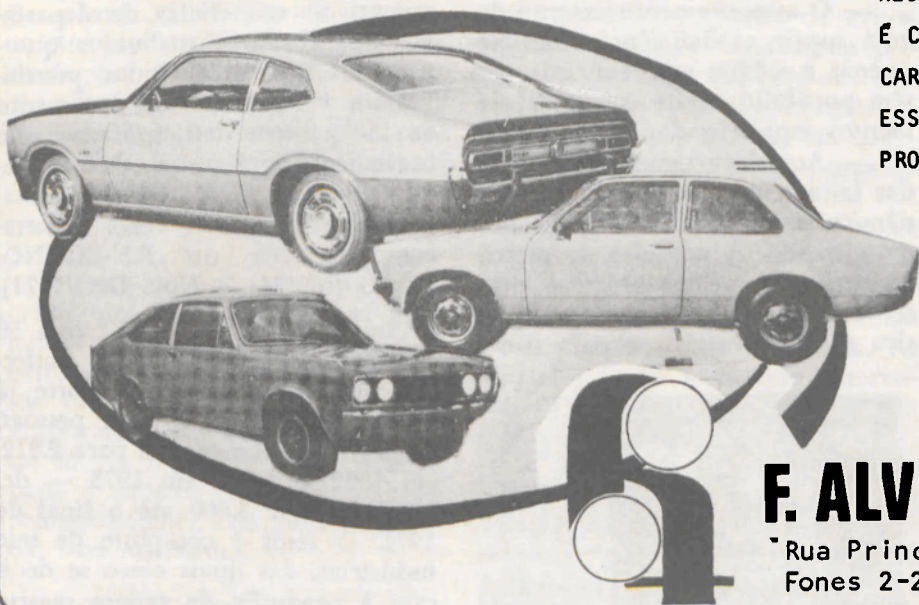
CHAME UM DOS NOSSOS VENDEDORES. ELE LHE FALARÁ DE QUALIDADE, MODELOS E FINANCIAMENTO.

BUSQUE A SOLUÇÃO MAIS LÓGICA. A CASA PORCINO FACILITA.



**CASA PORCINO**

# **Quando o negócio é carro... novo ou não!**



NESSA HORA, O NEGOCIO  
É COM F. ALVES NETO S/A.  
CARROS NOVOS OU USADOS,  
ESSES COM AS MELHORES  
PROCEDÊNCIAS.

FINANCIAMENTO DE ACORDO COM  
AS SUAS POSSIBILIDADES.  
E OUTRAS FACILIDADES, QUE  
SURGEM NA HORA DA CONVERSA.

## **F. ALVES NETO S/A**

Rua Princesa Isabel, 789  
Fones 2-2282 e 2-0128 - Natal-RN

# **ALUGUE UM CARRO E DIRIJA tranquilo!**

CARROS DO ANO,  
COM OU SEM  
MOTORISTA.  
FUNCIONA COM O  
MESMO SISTEMA  
E NOS MESMOS  
MOLDES DAS  
LOCADORAS DO  
SUL DO PAÍS.



## **AUTO LOCADORA DUDU LTDA.**

Rua Princesa Isabel, 602 - Fone 2-4144 - Rua Deodoro, 602 - Fone 2-1039 - Natal

# Indústria de confecções precisa se modernizar

A indústria de confecções no Rio Grande do Norte, que de uma gestação espontânea e até certo ponto inexplicável se transformou numa realidade, que hoje comporta sete fábricas e produção de cerca de 30.000 peças diárias, está a carcer de algumas medidas de ordem técnica, no que se refere aos modernos métodos de administração.

Esta é a conclusão geral da tese defendida por Iéris Ramalho Cortez, para obtenção do grau de Mestre em Ciências, na Universidade Federal de Santa Catarina. No seu "Diagnóstico da Indústria de Confecções do Rio Grande do Norte", esse potiguar formado pela Escola Politécnica de Campina Grande, com curso de pós-graduação de Engenharia Industrial, chega a várias conclusões que evidenciam um até certo ponto constrangedor descaso da parte dos administradores, com relação a aspectos técnicos, dentro de suas empresas.

No último capítulo do trabalho, Conclusões e Recomendações, ele alinha itens como:

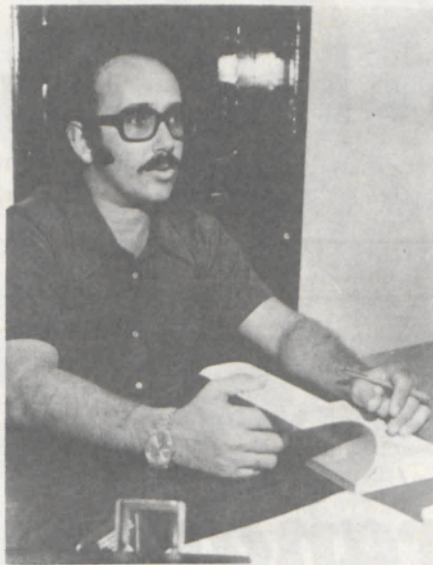
— A maioria dos administradores não utiliza as modernas técnicas de administração de empresa. Em vista disto, sugere-se a criação de cursos específicos para administração, desenvolvido por entidades como Federação das Indústrias, NAE, IEL, BDRN, ou contratação de pessoas de nível universitário com cursos de administração e organização de empresas, para ocupar cargos de executivos.

— O aumento da concorrência e a importância de saber em que condições os produtos são oferecidos ao consumidor, evidenciam a necessidade da criação de departamentos ou seções de controle de qualidade.

— A necessidade de engenheiros industriais ou de produção, nas fábricas de confecções, é vista no sentido de melhor desenvolver o setor.

— O assessoramento externo deverá suprir as deficiências das pequenas e médias empresas que não têm possibilidade de contratar elementos especializados.

— Aos departamentos de vendas falta sempre uma estrutura dinâmica para atender à demanda do mercado. A pesquisa de mercado, com um melhor objetivo, deve ser imposta e uma política agressiva se faz necessária e para isto a



Iéris Ramalho Cortez pesquisou as confecções

promoção e a propaganda deverão atuar com maior intensidade.

— O constante estrangulamento na produção e a excessiva movimentação de materiais são frutos de um mal lay-out.

— Os departamentos de pessoal podem contribuir para aumento da produção do setor. Pela baixa percentagem de mão-de-obra qualificada, se faz necessário um melhor treinamento e um constante controle dos operários.

— A segurança e assistência aos operários, em algumas empresas, não devem ser relegadas a um plano secundário.

— As diversas maneiras de obtenção de recursos financeiros devem ser pesquisadas pela adminis-

tração financeira. A isenção de impostos e as facilidades concedidas pelos incentivos fiscais devem ser analisadas.

## POR QUE CONFECÇÕES

Para efetivar o seu Diagnóstico, Iéris Ramalho Cortez entregou questionários a vinte e quatro pessoas, nas sete indústrias de confecções que funcionam em Natal, ora executivos, ora chefes de departamentos. Foram distribuídos questionários que, preenchidos, possibilitaram a elaboração do documento de 130 páginas datilografadas, que brevemente será publicado em plaquete, pela UFRN. No seu trabalho, ele cita várias vezes reportagem publicada no RN-ECONÔMICO (n.º 31 — Nov. Dez./1971).

×Implantada em 1956, com 50 operários, a indústria de confecções do Rio Grande do Norte já em 1971 empregava 1.524 pessoas, número que aumentaria para 2.812, em 1972, e 3.452, em 1973 — devendo atingir 3.800 até o final de 1974. O setor é composto de sete indústrias, das quais cinco se dedicam à produção de artigos masculinos (calças e camisas), uma a artigos femininos e outra a fardamentos sob encomenda. A pesquisa foi feita em julho/agosto de 1973 e as indústrias visitadas foram as Confecções Guararapes, Confecções Sorriedem, Confecções Reis Magos, Confecções Contê, Confecções Dinan e Confecções Broadway. A última, dedicada ao fabrico de roupas femininas, é a menor de todas e não havia sido citada na reportagem do RN-ECONÔMICO porque à época ainda não existia.

Por que escolheu a indústria de confecções para elaboração de sua tese? Iéris Ramalho Cortez diz que a escolha é tanto ou quanto óbvia, pois se trata do ramo que possui

maior número de fábricas em nosso Estado, a partir do que o Governo do Estado resolveu estimular a implantação de um Parque Têxtil Integrado, facilitando a instalação de indústrias correlatas, como a de etiquetas (Sitex), cartonagem (Incarton), colarinhos (Artefa) e, brevemente, a Fiação Seridó (tecidos) do grupo UEB, que chega com mais duas fábricas de confecções: a Sparta (roupas masculinas) e a Duquesa (femininas).



## A REALIDADE LOCAL

Dos entrevistados, Iéris Cortez encontrou apenas dois engenheiros, quatro bacharéis em Direito, cinco em Economia e 10 funcionários (geralmente chefes de setores) sem formação especializada ou superior.

Ele não considera, no entanto, fundamentalmente nociva a situação atual dentro das fábricas, com relação à carência de observância de métodos modernos de administração, pois das 8.500 indústrias de confecções do País (70% em São Paulo) a grande maioria também ainda não observa rigorosamente essas determinações. E mesmo em outros setores industriais existe flagrante falta de metodologia moderna.

Mesmo assim, levando-se em conta que todas as fábricas potigües estão em franco processo de expansão, necessário se faz a adoção de métodos científicos de administração, que no final das contas só vai redundar em benefícios para a própria empresa, através, principalmente, da racionalização das suas atividades.

## OS NÚMEROS DA TESE

Iéris Ramalho Cortez dividiu as indústrias de confecções do Rio Grande do Norte em três grupos, para efeito de sua tese: pequena indústria (até 100 empregados), média indústria (de 100 a 500) e grande indústria (acima de 500). As **Considerações Preliminares** estão divididas em Histórico, Situação Atual e Sua Receptividade. A **Apresentação e Análise de Dados** contém os sub-capítulos: Administração Geral, O Administrador, Organização Geral, Direção Geral. **Administração de Vendas:** Gerência de Vendas, Pesquisa de Mercado, Vias de Distribuição, Vendas, Promoção de Vendas e Propaganda. **Administração de Produção:** Produção, Padronização, Manutenção, Controle de Qualidade, Análise de Máquinas. **Administração de Materiais:** Compras, Estoques. **Administração de Pessoal:** Recrutamento de Pessoal, Seleção, Treinamento, Confecções de Trabalho, Assistência aos Empregados, Prevenção de Acidentes. Há ainda o capítulo dedicado à **Administração Financeira** e as **Conclusões e Recomendações**.

Acha Iéris Ramalho que "o grau

de departamentização não tem um critério definido, entretanto cabe aos administradores dividir os serviços da melhor maneira possível, tendo como finalidade uma produção maior e uma melhor qualidade, com o menor esforço".

No tocante aos meios de comunicação interna, ele verificou que a grande e as médias empresas possuem vários itens em funcionamento, como contatos individuais, reuniões periódicas, quadro de avisos, telefones internos, formulários próprios, relatórios, intercomunicadores, circulares, publicações internas. Os seis últimos itens não são observados pela maioria das pequenas empresas.

No setor de Administração de Vendas foi notado que "apenas duas indústrias de confecções — pequena e de médio porte — não fazem pesquisa de mercado. As outras o fazem utilizando entrevistas, análise de pedido em carteira e questionário.

A promoção de vendas e a propaganda são muito pouco utilizadas e no segundo caso apenas duas empresas médias utilizam jornais e revistas especializadas para anúncios.

O planejamento de produção é feito, na maioria dos casos, para dois ou três meses, quando não em função das encomendas. Nesse caso o pesquisador observa:

"Uma previsão do modelo esperado de demanda do consumidor não constitui, por si, base adequada para o planejamento da produção. A previsão da demanda deve ser convertida numa especificação

das necessidades da produção. No mínimo três tipos de ajustes devem ser feitos: a) organizar a previsão da demanda de acordo com um calendário compatível com a operação da produção; b) deixar margens para possíveis erros na produção; c) computar os estoques em pontos de estocagem que abastecem estágios operacionais, posteriores (estoques em trânsito) ou em centros de distribuição".

Ainda no setor de produção, observa-se:

"Fato importante, a que entretanto algumas indústrias de confecções não dão o devido valor, é o corte do tecido a ser empregado na produção. Seria interessante procurar comparar o desperdício de uma empresa com o de outra, procurando-se adotar padrões admissíveis para o desperdício. Constatou-se que o desperdício fica em torno de 6%, para as empresas que fazem o seu controle".

## HÁ SEMPRE ALGO

Da leitura da tese de Iéris Ramalho Cortez se depreende que há sempre alguma coisa faltando nas sete fábricas de confecções do Rio Grande do Norte, para um funcionamento racional.

O problema da padronização das máquinas, por exemplo, é um dos mais sérios. Das sete, apenas duas usam uma só marca, enquanto quatro têm embalagem única.

Com relação à manutenção da maquinaria, apenas uma fábrica a faz diariamente, mesmo possuindo máquinas auto-lubrificáveis. Três



A indústria de confecções teve geração espontânea

efetuam essa verificação três vezes por semana e cinco, apenas uma vez. Todas as indústrias, no entanto, possuem mecânicos especializados, porém em algumas o número desses profissionais já é insuficiente. Todas têm oficinas mecânicas embora só uma esteja bem equipada. Cinco não tem geradores, quatro não tem caldeiras, três não possuem carpintaria, nenhuma tem oficina elétrica.

O controle de qualidade é feito por todas as fábricas, conclui o documento, embora que a maioria o faça por sistemas empíricos, como a inspeção do tecido pelo marcador, à medida que vai desenrolando o tecido na mesa de corte, detectando falhas de tecelagem, diferença de cor, manchas, etc.

"O controle de qualidade, no final do processo produtivo é recomendável" — diz o Diagnóstico — "e pode ser feito abordando os seguintes pontos: controle de qualidade da embalagem, controle de qualidade da engomagem, controle de qualidade das costuras".

## OUTROS PONTOS

Considera Iéris Ramalho Cortez que, pela pouca idade das indústrias de confecções e o constante reequipamento das empresas mais antigas, as máquinas de costura do setor são consideradas atualizadas. No entanto, a reposição de peças sobressalentes deixa a desejar, porquanto não existem estoques na maioria das fábricas.

A estocagem de produção foi considerada boa: 50% das pequenas indústrias e 100% das médias mantêm estoque de produtos acabados para pronta entrega, o que é considerado "uma medida satisfatória".

O Recrutamento de Pessoal foi um ponto estudado em profundidade, verificando-se que em seis empresas ele começa na apresentação espontânea do candidato, fato que caracteriza a disponibilidade de mão-de-obra na região. A grande maioria, no entanto, é de pessoal desqualificado. O teste de conhecimento é o processo mais usado para admissão, principalmente pelo seu baixo custo e pelo caráter sazonal do mercado.

O problema de treinamento do pessoal varia de empresa para em-

presa e duas havia que só admitiam operários com experiência anterior. As outras realizavam programas de treinamento interno, porém seis se manifestaram contrárias à criação de um órgão específico para treinar operários, fora da empresa.

No caso das especialidades, as pequenas empresas geralmente fazem questão de admitir pessoas com várias capacitações, enquanto as maiores preferem "o operário certo no lugar certo". E em todas o maior número de admissão ocorre nas proximidades do final do ano, quando os organogramas prevêem aumento de produção. No primeiro trimestre do ano seguinte, há várias dispensas, por conta da diminuição da produção.

## DE SUPERVISORES A ACIDENTES

A pesquisa feita por Iéris Ramalho Cortez verificou que os supervisores de todas as fábricas de confecções do Estado ou eram operários que se destacaram em outras atividades ou pessoas admitidas através de testes, nunca sendo empregados profissionais especializados. O mesmo ocorria com os poucos assessores existentes em algumas empresas e neste ponto o documento enfatiza a necessidade de se admitir pessoal realmente capacitado, tecnicamente.

As condições de trabalho variavam de fábrica para fábrica e somente uma média empresa possuía boa ventilação, boa iluminação, boa limpeza e higiene e espaço condizente. Ventilação, limpeza e espaço foram os itens menos encontrados em boas condições.

No setor de assistência aos empregados verificou-se quase total descaso quanto à prevenção de acidentes. Na média indústria a percentagem de acidentes, anualmente, foi observada em torno de 3,1% a 22,2%. Nas pequenas, em torno de 10% e nas grandes, nunca mais que 1%.

A assistência ainda proporcionou as seguintes observações: médica — apenas duas empresas; dentária, quatro; ambulatorial, três; restaurante, uma; clube recreativo escola e assistência alimentar, uma; venda a varejo e transporte para os empregados, uma. ●



Vá à SACI quando for comprar material de construção.

E o que há de melhor estará com você. A SACI garante.

Você vai perceber que SACI oferece muitas opções de qualidade. As melhores.

Alinhe a essa, outras vantagens: estoque gigante, preço quase de fábrica, entrega imediata na obra, lugar para você estacionar e financiamento fácil.

A SACI é a primeira. Há 11 anos.



# Peça não original pode quebrar o galho.



**O problema é que não quebra só o galho.**

Tem peça fajuta tão parecida com peça original que a diferença é uma fração de milímetro. Aí, ela é instalada e trabalha até deixar cair a máscara.

Quando v. olha, ela

já quebrou as peças que trabalham com ela, quebrou sua conta no banco e faz v. quebrar a amizade com quem colocou ou vendeu.

Melhor é evitar esse aborrecimento, usando o nosso balcão ou a nossa oficina. Onde v. só pode encontrar Peças Originais VW. Medidas, testadas e aprovadas pela

Volkswagen.

Temos tanta certeza de que v. e seu VW vão ficar satisfeitos, que damos garantia de 6 meses ou 10 mil quilômetros. Garantia completa. Perfeita.

Sem quebração de galho.



## DISTRIBUIDORA SERIDÓ S/A

Av. Salgado Filho, 1669 - Fone 2-2147 - Natal



REVENDEDOR  
AUTORIZADO

# Osmundo Faria

## **MISSÃO CUMPRIDA NO BANDERN.**



Depois de uma gestão de quase três anos, o empresário Osmundo Faria transferiu a presidência do Banco do Rio Grande do Norte S/A ao sr. Dalton Melo de Andrade, em ato que contou com a presença das mais representativas personalidades dos meios políticos e empresariais do Estado.

Ao longo do período em que presidiu o BANDERN, o sr. Osmundo Faria manteve como principal preocupação reformular a política financeira e administrativa do estabelecimento, conseguindo colocar em dia todas as obrigações do Banco perante o BID, FUNDECE, FUNAGRI, FINAME, Banco do Nordeste e Banco Central. Na sua gestão, os depósitos do BANDERN passaram de Cr\$ 19,1 milhões para Cr\$ 64,7 milhões; as aplicações que eram de Cr\$ 40 milhões atingiram Cr\$ 117 milhões; e o capital do Banco subiu de 3 para 10 milhões de cruzeiros.

O BANDERN é hoje um Banco sólido, acreditado, atingindo lucros proporcionais ao seu capital, maiores do que os índices obtidos pelos Bancos Estaduais de outras Unidades da Federação. Em 1973, houve um incremento da ordem de 168% na conta Capital e Reservas, o que deu ao Banco do Rio Grande do Norte a condição de Banco Estadual que mais evoluiu nesse setor.

O sr. Osmundo Faria, atendendo convocação do governador Cortez Pereira, passou a exercer a presidência do Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S/A — BDRN. Ao transmitir o seu cargo ao sr. Dalton Melo de Andrade, ele fez o seguinte pronunciamento:

Exmo. Sr. Governador do Estado  
Exmas. autoridades civís, militares  
Minhas senhoras, meus senhores

Transmitimos, neste momento, ao nosso sucessor uma casa arrumada, ordenada, ampliada, renovada e na plenitude de sua funcionalidade.

Não desejamos tecer considerações de ordem financeira nem nos aprofundar em números e dados relatoriais, reveladores de uma ação gerencial, mas não poderemos fugir a um simples e sucinto relato de acontecimentos que balizam e assinalam a nossa trajetória nesta Presidência.

Assumimos a Presidência deste Banco no ano de 1971. A nossa ação caracterizou-se, durante estes três anos, pela reformulação da política financeira e administrativa, binômio fundamental e básico para uma ação planejada. Após equacionarmos os problemas vitais para a dinamização do Banco como entidade de crédito, encetamos a tarefa de sanear suas atividades básicas. Assim é que partimos dessas premissas:

Saldar os compromissos, colocando em dia as responsabilidades da entidade perante o BID, FUNDECE, FUNAGRI, FINAME, Banco do Nordeste do Brasil e Banco Central do Brasil;

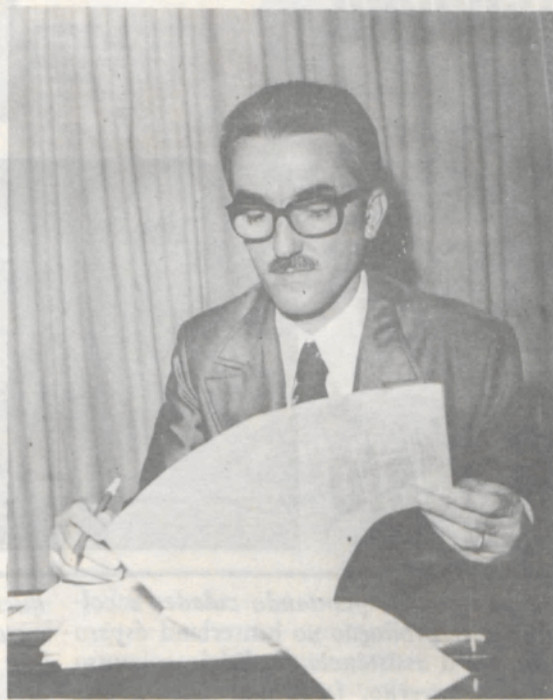
Reduzir o imobilizado, o que conseguimos baixando-o de 82% para 15%;

Racionalizar o trabalho para maior rendimento e maior economia.

Com satisfação, declaramos que atingimos, antes do prazo previsto, essas metas, e, para tanto, não adotamos fórmulas mágicas para solução dos problemas decorrentes e correlatos da política financeira do Governo. Dentro de uma filosofia desenvolvimentista, nosso sucesso resultou da adoção de um sistema ordenado e metódico de trabalho e de ação, em busca de soluções justas e racionais. Dessa forma, obtivemos custos operacionais mais baixos; mantivemos a qualidade desejada do serviço; implantamos o serviço de computação eletrônica, proporcionando maior controle, redução dos custos, perfeição do serviço, levantamento financeiro imediato, através dos relatórios diários da gerência, segurança na escrituração, e com esses requisitos, colocamos o Banco do Estado no mesmo nível das maiores organizações bancárias oficiais e particulares.

Não é preciso dizer que a aplicação dessas diretrizes, revolucionando os velhos estilos, tenham exigido um árduo e exaustivo trabalho, um esforço, de início incompreendido, mas ao final comprovadamente certo e vitorioso. Para se ter uma evidência palmar do êxito de nossa missão basta que se cotejem os resultados obtidos nos balanços de 1971 e 1973, após a execução dessa nova filosofia política, nos quais se verifica que os depósitos que somavam exatamente Cr\$ 19.177.925,40 ascenderam verticalmente em dezembro de 1973 para Cr\$ 64.797.391,41, mais do que triplicados. A aplicação global que era da ordem de Cr\$ 40.970.391,00 elevou-se para Cr\$ 117.148.852,95.

Se a toda ação corresponde uma reação, esta reação positiva não seria possível se não fossem as determinações que elaboramos. As decisões firmes que adotamos e o acerto da política financeira e administrativa, elementos que constituem o motivo maior de prestígio que desfruta hoje o Banco e do progresso



incontestável dessa instituição, refletido no conceito que goza atualmente e no potencial financeiro que está retratado nos números.

Encontramos o Banco do Estado com um capital de Cr\$ 3.000.000,00, que, de logo, lhe tirava autoridade financeira creditícia para continuar como Agente Financeiro do Estado, missão a que propunha e que lhe era destinada de origem. Perseguimos o objetivo de dar ao Banco as pre-condições e o status de verdadeira organização, que fosse ao mesmo tempo suporte e meio para execução de uma política financeira e administrativa sintonizada com a política de planejamento e desenvolvimento do Governo Estadual.

Logo, em 1972, incorporamos o Banco Comércio e Indústria Norte-Riograndense S/A adquirindo por compra a sua Carta-Patente e o seu acervo, e em seguida, elevamos o capital do BANDERN para Cr\$ 10.000.000,00, possibilitando hoje, com as reservas atingir o total de Cr\$ 13.774.747,34.

Apesar de os Bancos Estaduais não terem sido credenciados para operar com recursos do PROTERRA, a nossa Diretoria manteve e mantém um sistema de apoio constante aos projetos agrícolas do Governo do Estado, contribuindo subsidiariamente, como agente e instrumento de crédito, para que não faltem os quantitativos, a tempo e hora, para custeio das obras iniciadas e cuja pressa ressalta aos olhos de todos. Dizia o Presidente Médici em seu discurso de plataforma: "Sou um homem do meu tempo e tenho pressa". Dentro dessa filosofia, os projetos ousados e corajosos, revitalizadores da economia do Estado e de

# Mundo político

## e econômico

### presente

### a posse de

### Dalton Melo



As mais destacadas personalidades do mundo político e econômico do Estado prestigiou a solenidade de posse do sr. Dalton Melo na presidência do BANDERN. Nas fotos abaixo, o reitor Genário Fonseca, o consultor Múcio Ribeiro Dantas e os empresários Reginaldo Teófilo e José Martins.



sua predominância agrícola, plantando cidades e colmeias de trabalho e de produção no hinterland árido e árido, tiveram toda a assistência creditícia ao nosso alcance, para que o governo, fatalizado pelo tempo, pudesse implantar em nossas terras os marcos inaugurais de uma nova era e modelo de colonização. O Estado deixou de ser mero arrecadador de tributos para se tornar no maior empresário de seu renascimento agrícola e de sua ascensão industrial.

Ambos os setores vitais da economia e do desenvolvimento contaram com nossa presença. Hoje, o Rio Grande do Norte atingiu posição privilegiada no aumento de arrecadação do ICM, sem se ater unicamente aos remédios desesperadores da pressão e da compressão fiscal, mas pelo aumento da produtividade no setor primário da nossa economia, pela assistência levada a esses setores. Podemos citar, dentre elas, a assistência dada, em horas angustiantes, aos fornecedores de cana do vale do Ceará Mirim; os recursos injetados no setor algodoeiro para que os industriais tivessem poder aquisitivo bastante para comprar a produção evitando que a mesma fosse desviada para outros Estados, e fazendo com que aumentasse a arrecadação da receita estadual; a aquisição de máquinas destinadas à mecanização da lavoura, que hoje sulcam o interior do Estado revolvendo a terra para a fecundação e produtividade. No mesmo nível tem sido a participação do Banco oficial no pagamento do funcionalismo estadual, propiciando meios ao Governo para que pagasse em dia aos seus servidores, e mais, no próprio mês a ser vencido, fato de que não há memória em nossos anais administrativos.

Muitas outras presenças do Banco foram assinaladas em episódios e instantes culminantes da vida administrativa do Estado, que não nos recordamos. Mas nos lembramos de que não deixamos de comparecer a todas as convocações que nos foram feitas, a todas as solicitações e a todas as dificuldades, a qual-

quer apelo de órgãos do Estado que nos tenham procurado em busca de soluções. A todos eles levamos nossa colaboração e ajuda, e nos mostramos sensíveis e obstinados na cata de soluções para os mais diferentes e múltiplos problemas.

O BANDERN é hoje, sem ufanismos nem exageros, um Banco sólido, respeitado, acreditado, atingindo lucros proporcionais ao seu capital, maiores do que os índices obtidos pelos Bancos Estaduais de outras unidades da Federação. Para se ter idéia dessa evolução e progresso, basta dizer-se que, no ano de 1973, se registrou um incremento de 168%, sendo o Banco Estadual que mais evoluiu e cresceu na conta Capital e Reservas.

Somos também, dentre os Bancos Estaduais, comerciais e particulares, um dos que têm o custo operacional mais baixo, considerando-se que concedemos um aumento de vencimentos aos servidores na ordem de 22% no primeiro ano e de 20% no segundo, ou seja, quase 50%, representando porém apenas 6% dos custos reais para manutenção do Banco. Tudo isto obtivemos pelas medidas adotadas, moldadas primordialmente no estilo e na orientação global do Governo Federal, através da redução dos custos e da extirpação do empreguismo, reduzindo de 245 para 200 o número de nossos funcionários, e, ao mesmo tempo, pela contenção de despesas, mediante a racionalização e redistribuição dos trabalhos e tarefas e valorização dos capazes. Desta forma, efetuamos uma maior ação com uma menor despesa, propiciando à entidade condições de ampliar a ajuda aos empresários, oferecendo mais dinheiro a juros mais baixos, aumentando o poder de competição, elevando o faturamento e gerando mais empregos.

Afirmamos, neste instante, que para atingir esse estágio, um dos componentes mais consideráveis foi a categoria e qualidade do pessoal que integra o corpo



A esquerda, o deputado Djalma Marinho, em conversa com o sr. Aldo Fernandes. À direita, o vice-governador Tertius Rebello, o agrônomo Edgar Montenegro e o secretário Geraldo Bezerra. Abaixo, o deputado Darí Dantas, o comerciante José Santos e o vice-reitor Leide Morais, da UFPA.



funcional do Banco. E além disso o esforço, a compreensão e a colaboração extraordinários que foram capazes de dar, para que esta entidade se afirmasse e prosperasse, valorizando a instituição e o seu pessoal.

A nossa ação pessoal tem se conduzido fundamentalmente na experiência que adquirimos no exercício do empresariado e na prudência com que sempre pautamos nossos atos. Procuramos no contato com as autoridades e os órgãos de maior prestígio e capacitação seguir-lhe os passos e os exemplos. Mantivemos diálogos permanentes com os vultos e entidades de renome no mundo das Finanças, da Economia e da Administração e podemos afirmar que só colhemos ensinamentos e orientação proveitosos. Decorrentes desse relacionamento com as autoridades monetárias e creditícias do país, obtivemos a concessão de uma Carta-Patente para a instalação de uma Carteira de Câmbio, além da autorização para o funcionamento de uma Agência do Banco na cidade de Currais Novos.

Ressaltamos um fator preponderante e principal no sucesso da missão que cumprimos. O apoio recebido do Exmo. Sr. Governador Cortez Pereira, o prestígio do seu nome e do seu Governo, de quem somos um agente de crédito e um instrumento de sua política financeira e administrativa.

Ressaltamos e agradecemos a colaboração recebida dos demais diretores e dos funcionários deste Banco, a quem rendemos, de público, nosso reconhecimento, ao mesmo tempo em que os convocamos num apelo sentido e sincero, para que continuem a dar a sua colaboração sempre crescente em benefício do Banco e do próprio Estado.

Estas são em síntese, as palavras de agradecimento e de convocação que tínhamos a dizer, registrando sumariamente os pontos culminantes de nossa ação à frente do Banco, tipificadores de uma filosofia e de um sistema que pelos triunfos colhidos parecem indicar o caminho que deverá ser sempre seguido

pelos que desejem continuar uma obra e um ciclo que não se encerram hoje, nessa transmissão de cargo, porquanto sabemos que o nosso sucessor, pelos seus méritos, inteligência, tradição e origens, homem vinculado ao empresariado e às atividades do comércio, uma vocação aprimorada pelo estudo e a técnica, levará adiante, com maiores possibilidades de êxito, a ação renovadora que tivemos a honra de instalar.

Neste momento, ao inaugurarmos esta Agência que representa uma volta às tradições de pioneirismo e austeridade, de confiança e de amor a terra, numa evocação aos seus fundadores e homenagem aos que em outras épocas pelejaram e lutaram por um Rio Grande do Norte sempre forte e poderoso e confiaram em sua vocação histórica, colocamos esta Agência no mesmo edifício onde, desde seu nascedouro, serviu ao comércio deste bairro tradicional e lendário, e sobretudo, vale como uma renovação de confiança e de prestígio ao comércio da Ribeira que resiste e vence as adversidades criadas pelas próprias contingências do progresso.

Ao Dr. Dalton Melo, a confiança e os votos de uma gestão laboriosa, fecunda e dinâmica, em benefício do Banco e do Estado. E esses votos nos antecipam uma visão de sucesso, — pois ao seu lado, vemos José Vale de Melo, exemplo vivo de um homem formado na universidade do trabalho, da dedicação e do amor à profissão, modelo de lealdade e correção, que consegue unir a todos esses méritos uma extraordinária sensibilidade que o vocaciona para as grandes tarefas, e, Haroldo de Sá Bezerra, cuja experiência, tirocínio e capacidade administrativa já testada na atividade pública, são credenciais do mais alto teor técnico e político.

A todos, a expressão mais elevada e profunda do nosso reconhecimento, da nossa estima e da nossa vocação para servir, aos nobres interesses do nosso Estado e de sua brava e laboriosa gente. ●

# BANCO DO RIO GRANDE DO NORTE S. A.

C. G. C. M. F. 08.321.952  
 CARTA PATENTE N.º 4.942, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1957  
 Av. Tavarase de Lira, 109 — Caixa Postal, 31 — NATAL — RN  
 END. TELEGR.: "B A N D E R N"

BALANÇO GERAL, EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973 COMPREENDENDO  
 MATRIZ E AGÊNCIAS CENTRAL, ALECRIM, RIBEIRA, MOSSORÓ,  
 CAICÓ, MACAU, PARELHAS, PATU, LAGES E CEARA MIRIM

A T I V O			P A S S I V O	
DESPONIVEL .....		6.704.467,08	NAO EXIGIVEL	
REALIZAVEL			Capital:	
EMPRÉSTIMOS			De Domiciliados no País .....	10.000.000,00
À Produção .....	36.061.639,34		Aumento de Capital .....	—
Ao Comércio .....	9.591.790,00		Reservas e Fundos .....	3.774.747,34
À Atividades não Especializadas .....	13.489.151,49			13.774.747,34
À Gov. Estaduais e Municipais .....	28.368.066,21		EXIGIVEL	
À Autarquias .....	29.638.196,91		DEPOSITOS	
À Instituições Financeiras .....	—	117.148.852,95	À vista e a curto prazo	
OUTROS CRÉDITOS			Do Público .....	21.937.563,76
Banco Central — Recolhimentos .....	2.775.116,54		De Entidades Públicas .....	41.095.022,32
Compensação — A Devolver .....	5.010,00			63.032.586,08
Compensação — N/Remessa .....	—		A médio prazo	
Compensação — A Remeter .....	—		Do Público:	
Cheques e Ordens a Receber .....	1.000.555,34		— A Prazo Fixo .....	150,00
Saldos Devedores em Contas de Depósitos	—		— Com Correção Monetária .....	664.583,33
Créditos em Liquidação .....	6.700.675,47		De Entidades Públicas .....	1.100.000,00
Acion. — Capital a Realizar .....	38.218,00			1.764.733,33
Correspondentes no País .....	1.092.122,51		OUTRAS EXIGIBILIDADES	
Departamentos no País .....	53.930.249,13		Compensação — S/Remessa .....	—
Outras Contas .....	1.160.277,58	66.702.218,57	Cheques e Doc. a Liquidar .....	92.371,89
VALORES E BENS			Cobrança Efetuada em Trânsito .....	4.990,03
Títulos à Ordem do Banco Central .....	1.208.031,46		Ordens de Pagamento .....	4.169.999,13
Letras do Tesouro Nacional e Títulos			Correspondente no País .....	675.860,07
Federais .....	9.526,01		Departamentos no País .....	45.747.399,73
Títulos Estaduais e Municipais .....	10,90		Outras Contas .....	982.234,48
Outros Valores .....	314.950,30	1.532.518,67		51.672.855,83
Bens .....		38.510,97	OBRIGAÇÕES (Especiais)	
IMOBILIZADO			Recebimentos por Conta do Tesouro	
Imóveis de Uso Reavaliação e Imóveis em			Nacional .....	89.292,64
Construção .....	1.301.812,78		Redescontos e Empréstimos no Banco	
Móveis e Utensílios .....	1.095.938,18		Central .....	16.576.650,90
Almoxarifado .....	139.500,63		Depósitos Obrigatórios — FGTS .....	232.374,29
Sistemas de Com. e Segurança .....	27.606,40	2.564.857,99	Obrigações por Refinanciamento e Re-	
RESULTADO PENDENTE			passes Oficiais .....	40.148.800,74
Despesas Operacionais .....	—		Imp. s/Operações Financeiras .....	91.977,44
Despesas Administrativas .....	—		Outras Contas .....	5.466.546,61
Perdas Diversas .....	—			62.605.642,62
Disp. de Exercícios Futuros .....	847.111,48	847.111,48	RESULTADO PENDENTE	
CONTAS DE COMPENSAÇÃO .....		18.515.026,54	Rendas Operacionais .....	—
			Outras Rendas .....	—
			Lucros .....	—
			Rendas e Lucros em Suspense .....	1.149.661,60
			Rendas de Exercícios Futuros .....	1.538.311,41
			CONTAS DE COMPENSAÇÃO .....	18.515.026,54
		Cr\$ 214.053.564,25		Cr\$ 214.053.564,25

Natal (RN), 31 de dezembro de 1973.

Osmundo Araújo de Faria — Diretor Presidente  
 Dr. Haroldo de Sá Bezerra — Diretor Administrativo  
 José Reis de Oliveira — Cont. Geral - Téc. Cont. - CRC-RN 1.181



# BANCO DO RIO GRANDE DO NORTE S. A.

C. G. C. M. F. 08.321.952  
 CARTA PATENTE N.º 4.942, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1957  
 Av. Tavarase de Lira, 109 — Caixa Postal, 31 — NATAL — RN  
 END. TELEGR.: "B A N D E R N"

## DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS" EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973

D É B I T O		
<b>Despesas Operacionais:</b>		
Juros sobre depósitos à médio prazo ...	35.750,67	
Juros s/outras exigibilidades ...	221.700,67	
Juros sobre o Banco Central ...	748.197,40	
Despesas de comissões ...	98.093,15	
Despesas de Corr. Monetária ...	454.009,58	1.557.731,25
<b>Despesas Administrativas:</b>		
Honorários da Diretoria e do Cons. Fiscal ...	89.286,65	
<b>Pessoal:</b>		
Vencimentos ...	1.376.418,75	
Outras Remunerações ...	905.330,03	2.281.748,78
Encargos sociais ...	555.441,94	
Impostos e taxas ...	155.516,36	
Material de expediente consumido ...	58.816,27	
<b>Despesas Gerais:</b>		
Aluguéis ...	28.250,00	
Propaganda e publicidade ...	57.185,00	
Outras ...	548.893,98	614.326,98
Despesas de instalações ...		15.888,37
<b>Perdas Diversas:</b>		
Em operações de exercícios anteriores ...	23.857,00	
Em transações e reajustes de valores patrimoniais ...	88.922,61	
Outras ...	579,69	113.359,30
Amortizações de imóveis, móveis e utensílios ...		37.832,82
<b>Distrib. de Lucros Líquidos:</b>		
Fundo de reserva legal ...	57.597,47	
Percentagem à Diretoria ...	90.000,00	
Dividendos aos acionistas ...	900.000,00	
Gratificação aos funcionários ...	430.000,00	
Fundo de Provisão ...	115.194,94	
Fundo de Reservas Especiais ...	564.504,78	1.557.297,19
<b>TOTAL</b> ...	<b>Cr\$</b>	<b>6.837.245,91</b>

C R É D I T O		
Reversão do Fundo Líquido de Provisão para Prajuzos Eventuais ...		205.347,74
<b>Rendas de Juros e Comissões:</b>		
Sobre empréstimos à produção e ao comércio	2.840.984,78	
Sobre empréstimos à entidades públicas e a instituições financeiras ...	840.058,63	
Outros ...	1.731.771,53	5.412.794,94
<b>Correção Monetária:</b>		
Sobre empréstimos à produção e ao comércio	278.951,85	
Sobre empréstimos à entidades públicas e a instituições financeiras ...	19.488,64	
Outros ...	29.271,55	327.712,02
<b>Rendas de Tarifas sobre Serviços:</b>		
De cobranças ...	31.143,08	
De recebimentos ...	27.791,68	
De transferências de fundos ...	11.112,42	
De outros serviços ...	168.737,53	238.784,71
<b>Outras Rendas:</b>		
Aluguéis e outras ...		232.591,89
<b>Lucros Diversos:</b>		
Recuperação de crédito compensado ...	95.913,53	
Em transações e reajustes de valores patrimoniais ...	298.770,55	
Diversos ...	25.330,53	420.014,61
<b>TOTAL</b> ...	<b>Cr\$</b>	<b>6.837.245,91</b>

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na conformidade do que dispõe os Estatutos do Banco do Rio Grande do Norte S. A., o Conselho Fiscal examinou, detalhadamente, o Relatório da Diretoria e anexos, constantes dos Balanços de 30 de junho e 31 de dezembro e as Contas de Lucros e Perdas, e demais documentos referente ao ano financeiro de 1973, verificando-se encontrar-se tudo em absoluta ordem e exatidão, por que propõe sejam aprovados pela Assembléia sem reservas. Em consequência, apresenta à Diretoria do Banco e aos seus Acionistas congratulações pelos excelentes resultados verificados no exercício financeiro próximo findo, como revelam os citados documentos.

Natal (RN), 1.º de fevereiro de 1974.

**SOLON RUFINO ARANHA**  
 Presidente

**JOAQUIM MAVIGNIER DE NORONHA**  
 Membro

**ZULEIDE FERREIRA BARBALHO**  
 Membro

Natal (RN), 31 de dezembro de 1973.

Osmundo Araújo de Faria — Diretor Presidente  
 Dr. Haroldo de Sá Bezerra — Diretor Administrativo  
 José Reis de Oliveira — Cont. Geral - Téc. Cont. - CRC-RN 1.181

# A faca e o queijo com o produtor

Agora, os pecuaristas que fazem a bacia leiteira de Natal estão satisfeitos. O preço do leite foi elevado de modo a proporcionar lucro à classe o que aliás, ocorreu em todo País, uniformemente. Se já existe essa vantagem, para os produtores de leite locais soma-se uma outra de real valor: a partir de agora, eles estão gerindo administrativa e comercialmente seus próprios negócios. Significa dizer que, sob regime cooperativista, a comercialização do leite, até então sob controle da ILNASA (indústria de Laticínios de Natal S/A), ficará, embora firmada na mesma sigla, na total responsabilidade dos produtores. Aproveitando-se de uma sugestão do Governo Estadual — maior acionista daquela Empresa — a classe se congregou, fundando sua cooperativa, cujo desígnios são promissores.

Atualmente, o consumo do leite em Natal é da ordem de 19 mil litros diários. Porém, a capacidade de consumo da população é de ordem de 23 mil litros. Se a ILNASA não atende, no momento, as exigências dessa demanda, mesmo importando o produto de Macaíó e Campina Grande, em quantidades semanais entre 24 e 32 mil litros, é devido fatores externos: retração de produtividade da bacia leiteira e, no âmago da questão, a própria política mantida tacitamente na classe — o desinteresse.

## GARANTIA DE PLANOS

Hoje dirigem a ILNASA, em caráter temporário os srs. Vinício Garcia Freire e Roberto Lamas, di-

retores presidente e comercial, respectivamente, pois assim ficou acertado entre os produtores-associados e a diretoria do Banco de Desenvolvimento do Estado, até o momento em que a cooperativa se estruture completamente. Sua diretoria será composta de dois diretores, srs. Newton Pessoa de Paula e Olímpio Procópio de Moura, e de um secretário, Gustavo Câmara Guedes. Será uma entidade a abranger perto de 500 produtores, criando recursos do INCRA — setor de cooperativismo, e também do Art. 34/18, da Sudene, já liberados, da ordem de 270 mil cruzeiros.

O sr. Olímpio Procópio garante que, agora, a ILNASA, gerida pelos seus próprios interessados, terá condições de atender o consumo do leite na cidade, e de acordo com os novos planos, barateará para os produtores os custos de criação e comercialização do produto. Explica que a Cooperativa terá fábricas de ração (farelo, torta, e outros insumos); os produtores serão beneficiados com aquisição de máquinas (sob aval do Governo Estadual); e será implantada uma frota de camionetas que, todos os dias, farão percurso para coletar "in loco" o leite, e distribuir ração entre os produtores.

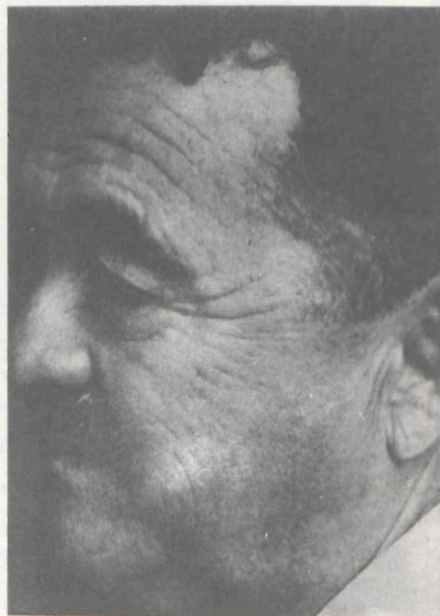
Haverá, também, uma diversificação na linha do produto, pois a ILNASA fabricará queijos, manteiga, iogurte. "Tudo acontecerá — enfatiza o sr. Olímpio Procópio — daqui a 30 dias, quando a Cooperativa se firmará juridicamente e encampará aquela Empresa".

## EXPLICAÇÕES & CONTRASTES

A ILNASA sempre esteve em crise — afirma o sr. Gláucio Wanderley — que ocupou até bem pouco a direção da empresa, cargo que lhe foi quase que imposto pelo BDRN, de onde é funcionário. Ele é de opinião que essa Empresa poderá progredir muito sob o regime cooperativista, porque no tempo em que a administrou se viu às voltas com muitas crises, trazidas sempre por fatores externos. Entende Gláucio Wanderley que a crise do leite é sempre originária da questão de preços, os quais não podendo ser alterados por influência da direção, refletem-se no es-

vaziamento da produção recebida.

Analisando sob outro prisma a questão, o Sr. Olímpio Procópio confessa que os produtores, em passado recente, deixaram de fornecer maior quantidade de leite aquela Empresa, em virtude de sua falta de capital de giro, pois, a ILNASA negociava com o dinheiro dos produtores. E os pagava com atraso de até duas semanas, frequentemente. "O que não vai acontecer mais — a firma enfaticamente o sr. Procópio — porque, além de receber em dia o pagamento do leite que vender, o produtor-associado, de seis em seis meses, receberá seus lucros, equitativamente, isto é, de conformidade com o número de litros de leite que houver fornecido à Empresa".



Newton Pessoa de Paula  
presidirá a ILNASA

Simplificando a premissa, diz: — "Por exemplo, o produtor forneceu X litros de leite à Empresa dentro daquele período. Como acontece no momento, a empresa comprará cada litro de leite por Cr\$ 1,05 e revenderá ao consumidor por Cr\$ 1,40. Suponhamos que, feitos os descontos, restará para o produtor como membro cooperativista, por cada unidade de litro de leite vendido, o percentual de ... Cr\$ 0,0035 cts. Nesse ponto, por processo multiplicativo, avalia-se o seu lucro. Conclui-se, assim, que a distribuição de lucros firma-se na maior entrega do produto à Empresa, e conseqüentemente, quem negociar dentro desse esquema contará com maior participação financeira na cooperativa". ●

# CONFEÇÕES REIS MAGOS S.A.

C. G. C. M. F. 08.321.564/001

CAPITAL AUTORIZADO ..... Cr\$ 10.000.000,00  
 CAPITAL SUBSCRITO ..... Cr\$ 2.264.268,00  
 CAPITAL INTEGRALIZADO ..... Cr\$ 2.213.068,00

## RELATÓRIO DA DIRETORIA

### SENHORES ACIONISTAS:

Temos a satisfação de submeter à apreciação de V. Senhorias o relatório das atividades sociais, referente ao exercício de 1973, o Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultados e o Parecer do Conselho Fiscal.

Como prevíamos, as perspectivas para o corrente ano se nos apresentavam favoráveis, no que se referia à demanda dos nossos produtos. E assim de fato ocorreu, embora, a partir do segundo semestre tivéssemos de redobrar nossos esforços para manter a produção em níveis normais, pois fomos afetados pela dificuldade de nossos fornecedores em atender nossas programações de matérias-primas.

Não obstante, o crescimento de nossas vendas situou-se numa faixa razoável, atingindo a cifra de ... Cr\$ 7.210.027,45, verificando-se assim um aumento de 63% sobre o exercí-

cio anterior. Lançamo-nos na conquista de novos mercados e nossos esforços foram bem sucedidos.

A nova fábrica compreendendo o galpão industrial, acha-se em fase final de construção, com seus 5.200 m<sup>2</sup> de área coberta bem como a pavimentação e ajardinamento. Esperamos no próximo exercício funcionar na nova unidade fabril como também até fins de 1974 ter concluído todas as instalações previstas no projeto.

Podemos também informar que a partir do mês de março próximo vindouro estaremos implantando uma nova linha de produtos — calças masculinas — pois as máquinas para essa nova fase já estão sendo importadas dos Estados Unidos da América do Norte e da Alemanha.

Encerramos o presente Relatório certos de que os resultados e as vendas atestam a validade dos programas de trabalho que levamos a efeito. E,

para o próximo exercício, desde que haja normalidade no abastecimento de matérias-primas, teremos condições favoráveis para dar continuidade aos nossos planos de expansão.

Aproveitamos o ensejo para agradecer a todos que, de maneira direta ou indireta colaboraram na consecução de nossos objetivos. A nossa equipe de funcionários e operários, destacamos especial agradecimento.

Natal, 3 de janeiro de 1974

EPIFANIO DIAS FERNANDES —  
 Diretor Presidente  
 JOSÉ NILSON DE SA — Diretor  
 Vice-Presidente  
 NEY SILVEIRA DIAS — Diretor  
 Superintendente  
 NELIO SILVEIRA DIAS — Diretor  
 Financeiro  
 ERNANI ALVES DA SILVEIRA —  
 Diretor Administrativo

## BALANÇO GERAL REALIZADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973

### A T I V O

#### DISPONIVEL

Caixa .....	99.536,38	
Bancos C/Movimento .....	175.375,10	
Bens Numerário .....	290.829,34	565.740,82

#### REALIZÁVEL — CURTO PRAZO

Ferramentas, Peças e Material de Manutenção .....	6.116,70	
Materias Primas .....	893.717,51	
Material de Embalagem .....	254.467,34	
Materiais Secundários .....	302.410,72	
Produtos Manufaturados .....	749.244,83	
Produtos em Elaboração .....	293.214,44	
Adiantamentos a Empregados ..	250,00	
Adiantamentos a Fornecedores ..	7.178,05	
Adiantam. a Representantes .....	197.262,01	
Contas Correntes .....	13.216,85	
Títulos e Valores Mobiliários ..	285.600,00	
Contas a Receber de Clientes .....	4.598.365,57	7.601.044,02

#### REALIZÁVEL — LONGO PRAZO

Capital a Realizar .....	18.750,00	
Contas Correntes .....	41.052,30	59.802,30

#### IMOBILIZADO

Terrenos, Obras Preliminares e Complementares .....	574.785,82	
---	------------	--

#### Edificações Principais e Secundárias .....

Edificações Principais e Secundárias .....	1.140.368,37	
Instalações .....	75.578,00	
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Nacionais .....	353.244,77	
Móveis & Utensílios .....	68.273,90	
Veículos .....	22.550,00	
Despesas de Implantação .....	501.811,56	
Estudos, Projetos e Detalhamentos .....	157.505,43	
Instalações e Acessórios .....	40.042,59	
Correção Monetária .....	60.818,00	
Ações e Participações Societárias .....	17.450,00	
Cauções Permanentes .....	10.959,00	
Depósitos B. N. B. ....	6.982,50	
Depósitos Especiais .....	73.230,34	3.103.800,28

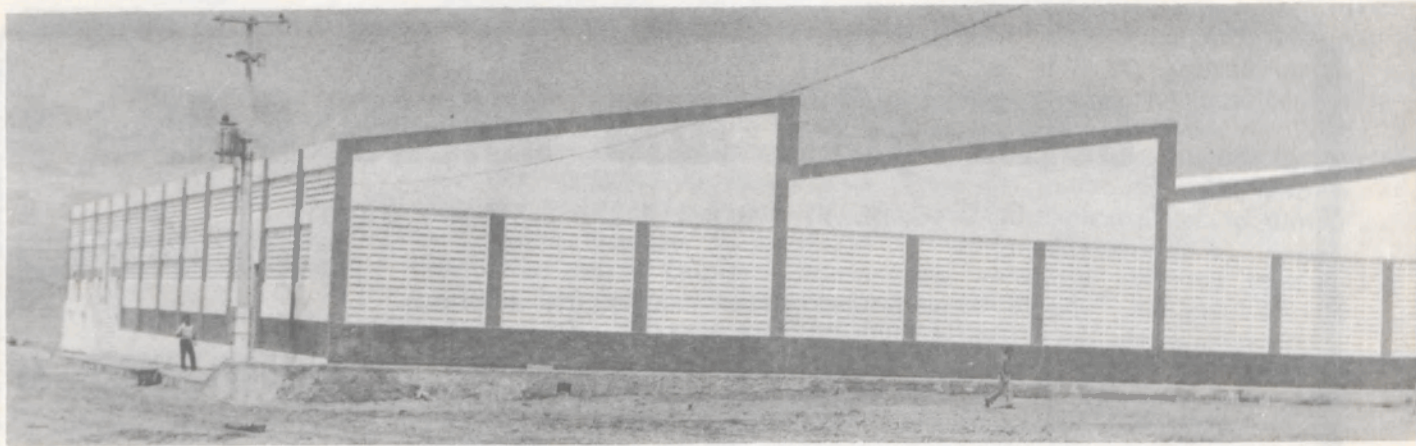
#### VINCULADO

Banco do Nordeste do Brasil S/A — Art. 34/18 .....		32.738,00
--	--	-----------

#### COMPENSAÇÃO

Ações em Caução .....	300,00	
Contratos de Obras .....	1.976.140,36	
Contratos de Seguros .....	800.000,00	
Deved. p/Títulos em Cobrança .....	111.907,29	
Deved. p/Títulos em Cobrança Vinculada .....	994.377,53	3.882.725,18

TOTAL DO ATIVO .....		15.245.650,60
----------------------	--	---------------



## CONFECÇÕES REIS

# O INÍCIO DE U

Dentro de um mês as Confeções Reis Magos esperam receber as novas máquinas que lhe possibilitarão implantar mais uma etapa do seu projeto de ampliação que já tem toda parte física completada e representada nas imponentes e vistosas instalações da avenida Salgado Filho. Alguns dias mais, consumidos na montagem das máquinas que chegarão dos Estados Unidos e da Alemanha, e as Confeções Reis Magos poderão aumentar em 50% a sua produção de camisas (de 2.000 passarão para 3.000, por dia) e iniciar a manufatura de calças, que até agora não fabrica, lançando no mercado 2.000 peças diariamente.

A ampliação das Confeções Reis Magos não significa apenas o natural interesse do grupo Silveira Dias em expandir os seus negócios: pesquisa de mercado anteriormente feita evidenciou uma justa demanda para a produção programada e foi a partir da corroboração desse fato que a SUDENE viabilizou a pretensão da empresa, aprovando-lhe o projeto feito pela INDUPLAN e iniciando a liberação gradativa de verbas oriundas dos incentivos fiscais, através dos artigos 34/18.

Atualmente, a fábrica já funciona nas novas instalações da avenida Salgado Filho, na pista de Paranamirim, com sua capacidade industrial de 2.000 camisas diárias, empregando 134 operários. O espaço é, evidentemente, muito amplo para pessoal e capacidade: 6.000 m<sup>2</sup> de área construída, num terreno de 35.000 m<sup>2</sup>, que possibilita futuros planos de mais expansão.

Com as novas máquinas instaladas, o número de empregos subirá e então a Reis Magos dará trabalho direto a 400 pessoas.

Até o fim do ano, já funcionando dentro do estabelecido pelo projeto de ampliação, a empresa estará oferecendo aos seus empregados: serviço médico, serviço dentário, assistência farmacêutica, assistência social.

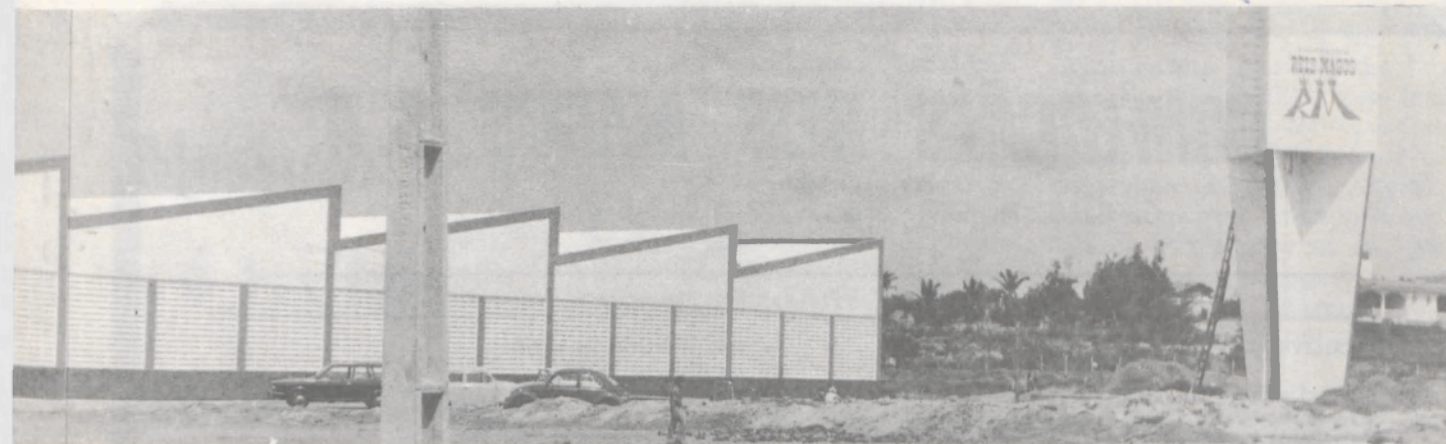


Seis mil metros quadrados de área coberta garantem espaço físico para os novos planos de expansão.

### O MAIS IMPORTANTE

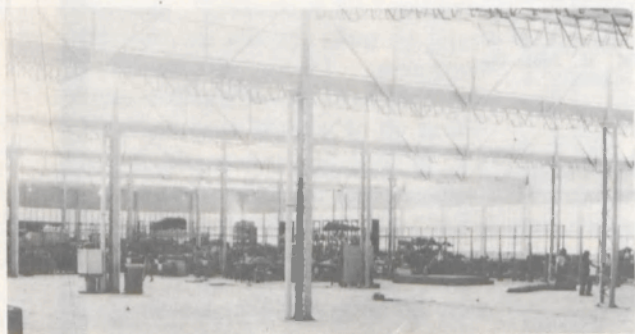
Para Ney Silveira Dias, diretor superintendente da empresa, o mais importante para a Reis Magos, atualmente, é começar a fabricar calças. Trata-se de uma opção há muito perseguida mas nunca sequer tentada, quando a fábrica estava nas acanhadas instalações da praça Augusto Severo, na Ribeira, onde começou a funcionar em 1968, com 17 operários que completavam uma produção de 100 camisas diárias. Serão feitas calças de qualidade média e luxo, que serão comercializadas em todo o País, como já ocorre com as camisas, através de dezoito representantes autônomos.

A exportação ainda é um assunto para considerações a pelo menos médio prazo, dentro da empresa — diz Nélio Silveira Dias, diretor financeiro. Realmente têm chegado propostas de firmas estrangeiras, mas qualquer entendimento final tem esbarado na questão dos preços, acrescenta ele.



**REIS MAGOS S.A.**

# UMA NOVA FASE



Esta área está reservada para a seção de calças.  
A Reis Magos passará de 137 para 400 empregados.

## EXPANSÃO TAMBÉM FINANCEIRA

Concomitantemente à expansão física e de produção, as Confeções Reis Magos tratam do seu aumento de capital, enquanto o faturamento tem ascendido em escala mais do que promissora.

Recentemente a Empresa Industrial Técnica S/A — EIT — que já era acionista da Reis Magos, através do 34/18, reforçou a sua participação no empreendimento, subscrevendo 50% de suas ações ordinárias, no valor de 1,5 milhões, ficando o capital integralizado em Cr\$ 6 milhões. O engenheiro José Nilson de Sá, diretor-presidente da EIT, já integra a diretoria da Reis Magos, como diretor vice-presidente, há dois anos.

É ainda Nélcio Silveira Dias quem alinha os números da rentabilidade da empresa e do seu faturamento.

Nos últimos três anos, a Reis Magos distribuiu, por ação, em 1971: 153%; em 1972, 34% e em 1973, 32,9%.

O faturamento apresenta a seguinte situação, a partir do primeiro ano de atividades: 1969 — Cr\$ 350.000,00; 1970 — Cr\$ 750.000,00; 1971 — Cr\$ 1.500.000,00; 1972 — Cr\$ 4.500.000,00; 1973 — Cr\$ 7.200.000,00. A previsão para 1974 é de Cr\$ 12.000.000,00.

## SEMPRE TÊXTIL

O grupo Silveira Dias sempre esteve envolvido com tecidos evidentemente, e a opção pelas confecções ocorreu quando Epifânio Dias Fernandes (diretor-presidente da Reis Magos) entendeu que o comércio puro e simples de tecidos, a grosso e a varejo, estava se tornando muito disputado e pouco rentável. Há quarenta anos nesse tipo de comércio, ele e os filhos resolveram partir para uma experiência que gradativamente foi se demonstrando da maior viabilidade, forçando-o a abandonar por completo a atividade anterior, fechando as diversas Casas Gomes que mantinha na capital e no interior do Estado. Na época já funcionava plenamente a Guararapes, mas com os Silveira Dias outro grupo iniciava também uma vitoriosa incursão no ramo das confecções: os Medeiros, das Confeções Soriedem, que, começando também no bairro da Ribeira, hoje são vizinhos frontais das Reis Magos, na extensa avenida Salgado Filho, onde lateralmente vai se instalar dentro em breve outra fábrica oriunda também da Ribeira e em franco processo de crescimento: as Confeções Contê.

Embora hoje adquirindo em São Paulo 80% do tecido que consome, as Confeções Reis Magos se abastece no próprio parque industrial norterriograndense do restante de suas necessidades, servindo-se de empresas que, como ela, tiveram os incentivos da SUDENE para se implantar: compra colarinhos à Artefa, caixas artísticas à Incarton e etiquetas à Sitex. Botões ainda adquire em Recife e São Paulo, mas com relação ao tecido certamente poderá se suprir dentro de nossos próprios limites, quando estiver em pleno funcionamento o projeto do parque têxtil integrado, preconizado pelo Governo do Estado, e que prevê a instalação, a médio prazo (já em andamento) de diversas fábricas de tecidos, em nosso Estado.

# CONFECÇÕES REIS MAGOS S.A.

C. G. C. M. F. 08.321.564/001

## PASSIVO

EXIGIVEL — CURTO PRAZO				Correção Monetária das Depreciações			
Contas a Pagar	240.831,85			Provisão p/Devedores Duvidosos	137.950,96		
Duplicatas a Pagar	99.652,90			Reserva Legal	7.247,74		
Duplicatas Descontadas	1.240.784,99			Crédito de Aclonistas p/Aumento de Capital	135.382,00		
Contas Correntes	11.017,65			Lucros Suspensos	1.043.162,15	3.682.558,30	
Fornecedores	3.056.534,31			<b>COMPENSAÇÃO</b>			
Obrig. Tributárias a Recolher	75.086,54	4.723.908,24		Ações Cauconadas	300,00		
<b>EXIGIVEL — LONGO PRAZO</b>				Obras Contratadas	1.976.140,36		
Empréstimos Industriais	1.108.414,45			Seguros Contratados	800.000,00		
Financiamentos	1.848.044,43	2.956.458,88		Títulos em Cobrança	111.907,29		
<b>NÃO EXIGIVEL</b>				Títulos em Cobrança Vinculada	994.377,53	3.882.725,18	
Capital Social	2.264.268,00			<b>TOTAL DO PASSIVO ..</b>			
Fundo p/Depreciação	92.101,32					15.245.650,80	

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço somando a quantia líquida de Cr\$ 15.245.650,80 (Quinze milhões duzentos e quarenta e cinco mil seiscentos e cinquenta cruzeiros e sessenta centavos), e transcrita às fls. 48 a 49 do Livro Diário Copiativo n. 04 registrado na M. M. Junta Comercial do Estado sob n. 12.255.

Natal, 31 de dezembro de 1973

EPIFANIO DIAS FERNANDES — Dir. Presidente  
 JOSÉ NILSON DE SA — Diretor Vice-Presidente  
 NEY SILVEIRA DIAS — Dir. Superintendente

NELIO SILVEIRA DIAS — Diretor Financeiro  
 ERNANI ALVES DA SILVEIRA — Dir. Administrativo  
 CLIDENOR COSME DA SILVA — Contador - CRC - 547 - RN

## DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "RESULTADO FINAL" DO EXERCÍCIO DE 1973

HISTÓRICO	DEBITO	CRÉDITO	HISTÓRICO	DEBITO	CRÉDITO
<b>RECEITA DE VENDAS</b>			<b>LUCROS SUSPENSOS</b>		
Vir. das vendas efetuadas no exercício		7.210.027,45	Vir. do Lucro Líquido apurado no exercício	1.043.162,15	
<b>OUTRAS RECEITAS</b>			<b>TOTAL</b>	7.348.479,49	7.348.479,49
Vir. das receitas diversas no exercício		59.091,34	Natal, 31 de dezembro de 1973		
<b>REVERSÃO DE PROVISÕES, PREVISÕES E RESERVAS</b>			EPIFANIO DIAS FERNANDES — Dir. Presidente		
Vir. revertido por não utilização no exercício		79.360,70	JOSÉ NILSON DE SA — Dir. Vice-Presidente		
<b>CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS</b>			NEY SILVEIRA DIAS — Dir. Superintendente		
Vir. dos custos apurados no exercício	3.948.349,46		NELIO SILVEIRA DIAS — Dir. Financeiro		
<b>DESPESAS C/VENDAS</b>			ERNANI ALVES DA SILVEIRA — Dir. Administrativo		
Vir. das despesas com vendas apuradas no exercício	976.269,76		CLIDENOR COSME DA SILVA — Contador - CRC - 547 - RN		
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>			<b>PARECER DO CONSELHO FISCAL</b>		
Vir. das despesas financeiras apuradas no exercício	668.507,63		No exercício das funções de membros do Conselho Fiscal de Confecções Reis Magos S/A, com sede em Natal, à BR-101 Km. 2, examinamos o Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultados, livros, documentos, enfim todos os atos pertinentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 1973.		
<b>DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL</b>			Tendo encontrado tudo na mais rigorosa exatidão e perfeita ordem, somos de parecer que os mesmos merecem aprovação da Assembléia Geral Ordinária.		
Vir. das despesas administrativas no exercício	528.083,41		Natal, 3 de janeiro de 1974		
<b>PROVISÕES, PREVISÕES E RESERVAS</b>			FERNANDO LUIZ GONÇALVES BEZERRA		
Vir. das Depreciações e Provisões p/Créditos Duvidosos	184.107,08		CELSON PAIVA MARTINS		
			SALVIANO BATISTA GURGEL VIANNA		

# Mossoró tem 4 trilhões de toneladas de calcáreo

Fábricas de cimento, assim como quaisquer outras unidades industriais que dependem de calcáreo (carbonato de cálcio) e/ou de gipsita (sulfato de cálcio), encontram amplas e excelentes ofertas de matérias-primas para instalação no município de Mossoró e adjacências. Na região, as reservas calcáreas são praticamente incalculáveis, admitindo-se, porém, a existência de cerca de quatro trilhões de toneladas de carbonato de cálcio numa área de 100 por 100 quilômetros — por exemplo — na Chapada do Apodí.

Agora, são anunciadas perspectivas de dinamização do setor. Somente a Fábrica de Cimento Nassau, do Grupo João Santos, recentemente inaugurada, dispõe de uma reserva calcárea da ordem de 150 milhões de toneladas, situada há apenas 500 metros da distância da unidade industrial. Essa empresa tem capacidade de produção/dia da ordem de 14 mil sacos e de até 225 mil toneladas de cimento ao ano, equivalentes a 4,5 milhões de sacos.

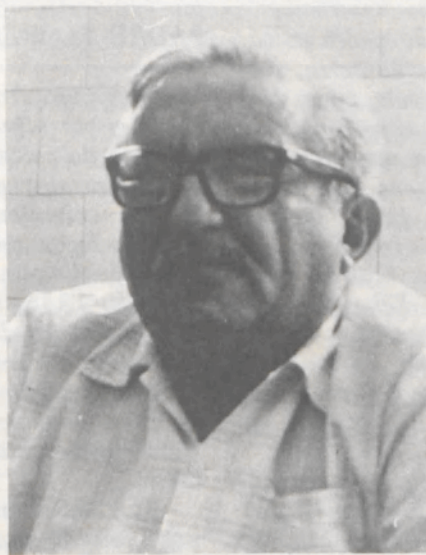
De outro lado, a exploração do gesso — ou gipsita — vem sendo processada pela Mineração Jerônimo Rosado, fundada em 1939 e presidida atualmente pelo Sr. Vingt-un Rosado; e — em termos de transformação — pela Empresa Industrial Gesso Mossoró, presidida pelo Sr. Mário Rosado. Em tempos idos, o Rio Grande do Norte, representado pelo município de Mossoró, respondia por quase 90% do gesso produzido no Brasil. Hoje o maior produtor é o Estado de Pernambuco.

## GIPSITA

O Sr. Yogo Rosado, jovem empresário, de reconhecido tino para organização e comercialização, ocupa hoje a gerência das duas empresas mossoroenses ligadas à gipsita. A produção da Mineração Jerônimo Rosado, a mais antiga firma do ramo no Brasil, destina-se principalmente às fábricas de cimento do próprio Rio Grande do Norte, de outros Estados do Nordeste e do Sul, além de vender a produtores de gesso.

Por sua vez, a Empresa Industrial Gesso Mossoró, que possui fábricas no Rio de Janeiro e Guarulhos (São Paulo), sem contar a de Mossoró, fornece gesso calcinado em pó para quase todo Brasil. A hipótese de sua entrada no mercado internacional parece um pouco remota, pois o Uruguai e outros países da América Latina têm produções consideráveis, ocorrendo o mesmo na Europa Ocidental e União Soviética.

Entretanto, registra-se um crescimento do mercado nacional para a gipsita, em função — por exemplo — da expansão das fábricas de cimento, em cujo consumo de matérias-primas entra o sulfato de cálcio com cerca de 3%. Também existem perspectivas de emprego maior desse minério na agricultura e outros setores, ampliando-se assim sua demanda. Nesse contexto, a tendência presente é do aumento de produção das empresas do Oeste.



Vingt-un Rosado fala sobre as reservas

## CALCAREO

Em relação ao calcáreo, lembra o Sr. Vingt-un Rosado — respeita-

do pesquisador e historiador, além de empresário — que em 1968 o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) — hoje INCRA, elaboraram um perfil geológico daquele município, concluindo que na área da Escola Superior de Agricultura — por exemplo — o mineral aparecia a 1,75 metros de profundidade, ocorrendo numa espessura de 350 metros.

Como a faixa referida não constitui exceção, haveria — nessa base — em cada hectare de Mossoró cerca de 3,5 milhões de toneladas de calcáreo. Com efeito, todos os poços profundos perfurados em Mossoró, por diferentes órgãos governamentais, registraram a ocorrência do mineral — realmente com 350 metros de espessura, em média.

As fábricas de cimento são ainda as unidades industriais que mais dependem do carbonato de cálcio (cerca de 80% do consumo), mas também utilizam essa matéria-prima as fábricas de cal, pedra de construção e outras. Em função do sentido econômico, as produtoras de cimento normalmente só exploram uma fatia de 10 metros das primeiras camadas do mineral, a fim de garantir o baixo teor de magnésio.

Em Mossoró, comenta-se que o Grupo Severino Pereira, proprietário de importantes áreas de calcáreo no município, estaria agora pensando em produzir cimento tipo "clinker", que poderia ser exportado pelo recém-inaugurado Porto Ilha de Areia Branca. Enquanto isso, o Grupo João Santos, que já produz cimento "portland" desde 1972, poderá também produzir *cimento-branco*, igualmente para exportação através do Porto-Ilha.

## CIMENTO

A Fábrica de Cimento Nassau, oficialmente inaugurada em fevereiro último, teve sua localização definida e sua construção iniciada em fevereiro de 1970, sendo as instalações concluídas dois anos depois. Em junho de 1972 a unidade começou a operar.

O Grupo João Santos investiu na unidade nada menos de Cr\$ 86 milhões, tendo — para tanto — recebido colaboração da SUDENE e do Banco do Nordeste. Quando da

construção, o volume de concreto utilizado foi da ordem de 25 mil



## Este saco vazio foi encontrado numa rua da Nigéria.

Quando este saco está vazio, isso é sinal de que alguma coisa muito importante está ficando de pé.  
Ele é um saco vazio de cimento Nassau.

O cimento fabricado em Mossoró contrói cidades na Argélia



O grupo João Santos vai investir mais

metros cúbicos, enquanto que o funcionamento da empresa representa um consumo de energia elétrica mensal de cerca de dois milhões e 800 mil *kilovats*/hora.

Proporcionou a Cimento Nassau 225 empregos diretos e 900 indiretos, além de tornar o Rio Grande do Norte auto-suficiente em matéria de cimento até o ano de 1980, pelo menos, tendo em vista os níveis atuais de consumo. Fica a unidade a 3.025 metros de distância da cidade de Mossoró, sediando-se na Av. Centenária. Seu Gerente-Geral é o Sr. Emerson Azevedo.

# OS PIONEIROS DA MINERAÇÃO NO RN

*"Além da espantosa quantidade de pedra calcárea, que cobre por léguas a superfície da serra, formando cavernas e escabrosidades horríveis, como fica dito, e que podem fornecer cal para as construções de todo Império por séculos; acham-se no mesmo terreno da serra, principalmente nas margens dos rios e alguns riachos, pedregais de cantaria fina, macia e prestável ao labor do cantil, de que são feitas as Pias, portadas, soleiras, e outras peças da Matriz desta Vila e da de Mossoró, e capela de São Sebastião, que são todas à margem do mesmo rio, sendo as pedrneiras que ficam dentro deste município, de 9 a mais léguas do porto de embarque em Mossoró, posto que nas cheias deste rio, pode a pedra, e a cal ser em qualquer parte dele embarcada".*

Esse texto é de 1852, mês de agosto, parte de uma ata da Câmara de Vereadores de Apodi, constante do livro "Louis Jacques Brunet, Naturalista Viajante", de autoria de Vingt-un Rosado e Antônio Campos e Silva.

Como se vê, já naquela época se sabia da ocorrência do calcáreo na região Oeste, bem como do gesso — identificado como "uma pedra branca, muito transparente, branda ao corte de qualquer instrumento, e susceptível à polidez e brilho do vidro, porém menos frágil que ele".

## PADRE FLORENCIO

Segundo Antonio Campos e Silva, (falecido), o extrativismo mineral de então limitava-se ao aproveitamento do calcáreo, como pedra de cal e cantaria, e das argilas aluviais no fabrico de tijolos, telhas e vasos. O desenvolvimento urbano não impunha demanda considerável desses materiais e as regiões vizinhas eram deles igualmente bem providas.

Em 1856, referindo-se a alguns minerais de várias províncias do Brasil, recebidos no Museu Nacional durante o ano anterior, Frederico Burlamaqui relaciona os seguintes materiais do Rio Grande do Norte: ferro oligístico, calcários cristalizados e estalagmíticos, gesso laminar e opala comum, todos da região Oeste.

Os materiais foram enviados ao Museu Nacional por Louis Jacques Brunet. "Teria sido ele, entretanto, o real coletor de tais amostras?" — pergunta Antônio Campos e Silva.

Eis sua própria resposta: "Nenhuma evidência sólida existe que apoie a presença do naturalista francês nas terras do Oeste. Seus apontamentos de viagem são omissos em qualquer referência à chapada à Apodi. No roteiro de suas andanças pelo Rio Grande do Norte e Paraíba, em documento manuscrito e



## CAL

A fabricação de cal constitui também importante utilização do calcáreo. Em numerosos pontos do Estado, desde o litoral mossoroense e de Apodí, através de Macau, Pendências, Pedro Avelino, João Câmara, Ceará-Mirim e Macaíba, até São Gonçalo do Amarante, encontra-se a extração do minério visando a produção de cal, mas em termos de atividade semi-artesanal. Extrai-se manualmente o calcáreo, realizando-se a calcinação em fornos rústicos.

Normalmente, são os agricultores em períodos de entre-safra que

se dedicam a essa atividade semi-artesanal, objetivando complementar sua subsistência.

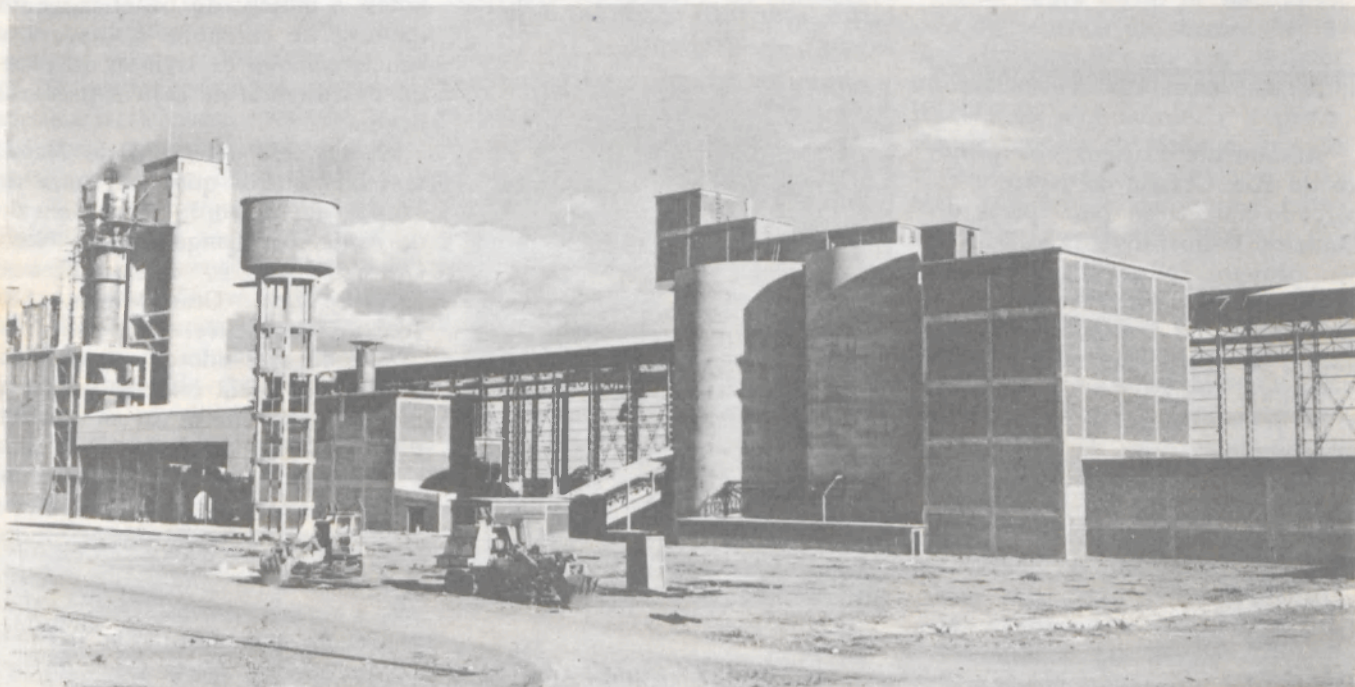
Entretanto, com o crescimento da atividade norteriograndense no setor açucareiro, que consome cal hidratada em boa quantidade, e exige um produto com características de qualidade bem melhores que a produção das caieiras, resulta que o Estado terá de importar a cal, a fim de melhorar a qualidade de seu açúcar.

Em Pernambuco, em certa fase, os industriais do açúcar foram forçados a importar cal da Companhia

Nacional de Alcalis, pela alta qualidade que o produto apresenta.

Uma fábrica de cal, convenientemente integrada, pode fornecer os seguintes produtos nobres: cal virgem, cal hidratada, carbonato de cálcio precipitado e carbureto de cálcio, além de uma extensa variedade de sub-produtos.

O volume crescente da construção civil no Rio Grande do Norte, segundo os entendidos, tem feito com que algumas empresas importem, se bem que ainda em quantidades reduzidas, cal dos vizinhos Estados da Paraíba e Ceará. ●



A Itapetinga é apenas a primeira fábrica de cimento de Mossoró. Outras virão, muito em breve.

*inédito, figuram as cidades por que passou: Areia, Campina Grande, Cabaceiras, São João, Teixeira, Píancó, Souza, Pombal, Caicó (sic) Pedra Lavrada, João Pessoa. Portanto, não foi Brunet o verdadeiro descobridor da gipsita do Apodi".*

*Ao Padre Florêncio Gomes de Oliveira, político poeta, jornalista, deputado provincial preocupado também com problemas científicos, mossoroense do Distrito de Dix-Sept Rosado, teria sido quem enviou a Brunet amostra do mineral. E Brunet teria sido o intermediário da remessa das amostras para o Museu Nacional.*

### JERONIMO ROSADO

*Já em 1877., Manuel Ferreira Nobre afirma que a gipsita aparece em diversos pontos de Mossoró e no Riacho do Tapuio. A fonte do registro devem ter sido os vereadores de Apodi.*

*Expõe Vingt-un Rosado:*

*"Historicamente, a referência seguinte à gipsita é da Câmara dos Vereadores de Mossoró, em 1888; — Não muito longe dessa pedreira há igualmente uma mina de excelente gesso pouco explorado com o*

*qual se tem feito obras de estuque em diversos templos da Província".*

*O Almanaque Laemmert, pelo menos o de 1903, cita a gipsita mossoroense. Foi Manoel Joaquim de Oliveira, comerciante e chefe político no atual município de Dix-Sept Rosado, quem chamou atenção do farmacêutico Jerônimo Rosado, para a gipsita de seu Distrito, convidando-o a explorarem-na em sociedade.*

*Rosado começou então a se interessar em 1912 pelo minério. Foi — afinal — o fundador da indústria nacional da extração da gipsita e o pioneiro da sua calcinação.*

*Assim o historiador Vingt-un se refere ao pioneiro:*

*"Homem de inteligência e de uma força de vontade à toda prova, Jerônimo Rosado fundou, com inabalável fé no futuro do Nordeste, a indústria da extração da gipsita, ao tempo em que o país apenas iniciava a sua produção de cimento, pois no ano do seu falecimento — 1930 — aquela não ultrapassava a casa das 37.160 toneladas".*

*Foi num forno, construído nos fundos de sua farmácia, que o saudoso Jerônimo lançou os primórdios da calcinação da gipsita no Brasil. ●*

# 29 projetos do RN estão engavetados

Atualmente existem 29 projetos do Rio Grande do Norte à espera de apreciação por parte do Conselho Deliberativo da SUDENE. São projetos industriais, de turismo e agropecuários. A maioria é de projetos de implantação (dezenove); os outros, de reformulação de antigas proposições já obsoletas e/ou de ampliação de projetos já implantados.

No rol dos que estão aguardando aval para se implantar, há mais de metade cujos grupos mentores já se desinteressaram do negócio e aí as razões são várias, para justificar a resolução: vão desde o cansaço pela espera até a impossibilidade de apresentar determinada documentação que a SUDENE exige agora com mais rigor do que anteriormente.

Realmente, depois da Portaria n.º 14/74, de 22 de janeiro de 1974, a SUDENE começou a disciplinar o procedimento referente à revalidação do direito aos incentivos fiscais, mudança de controle societário, incorporação, fusão, transferência de acervo e outros atos pertinentes a empresas beneficiárias de recursos do sistema 34/18. E a maioria dos pretendentes dos incentivos está a braços, desde então, com uma série de exigências que nem sempre consegue observar a contento.

O economista Antonio de Pádua Pessoa, chefe do escritório da SUDENE no Rio Grande do Norte, acha que a Portaria disciplinadora só trouxe benefícios ao sistema:

— “Não adianta simplesmente aprovar o projeto, pois muitas vezes ele não tem condições de ser

implantado. As exigências são uma garantia mesmo para o andamento do projeto, já na parte física, saída das injunções burocráticas de análise, discussão, aprovação”.

Ele lembra que atualmente existem muitos projetos no RN paralizados, embora que reconhecidos pela SUDENE, porque foram aprovados de qualquer maneira e na hora da implantação faltaram os meios aos grupos acionários.

— “Depois que a SUDENE começou a exigir cadastro e outros documentos, só saem os projetos certos, com reais condições de irem avante” — acrescenta.



Um cadastro exigido atualmente pela SUDENE, para poder levar um projeto à mesa de discussões do Conselho Deliberativo, consta de 64 documentos, em média. O certificado de propriedade é o mais importante desses documentos, principalmente porque foi por conta de dissenções em torno de terrenos que a autarquia teve sérios problemas com projetos aprovados, em passado recente.

## CAUSAS DA PARALIZAÇÃO

Recente levantamento feito pelo Banco do Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, através do seu escritório em Recife, apresenta um quadro realmente desolador, no que se refere às razões pelas quais os vinte e nove projetos estão paralizados, sem poder subir às discussões do Conselho Deliberativo. A maioria está em análise, com exigência, outros com análise paralizada, em exigência, muitos aguardando cadastro, e somente três ti-

nam análise concluída: Soriedem Confecções S. A. (ampliação), Agropecuária Planalto S. A. (implantação) e Serrana Fazendas Reunidas S. A. (implantação).

Os vinte e nove projetos (vide quadro anexo) são para implantação, reformulação e ampliação de projetos que se propõem desde a agroindústria de mandioca para exportação ao fabrico de molhos vegetais; da fabricação de móveis à de sacos de ráfia e propileno; da confecções de calças, camisas e roupas profissionais à instalação de hotéis e motéis; do beneficiamento da cera de carnaúba à captura e beneficiamento de lagosta; do plantio de castanha de caju à pecuária bovina.

A maioria deles são de Natal, mas há outros que partiram de grupos de Mossoró, São Gonçalo do Amarante, Canguaretama, Nova Cruz, Carnaubais, Areia Branca, Macau, Açú, Ceará-Mirim, São José de Campestre.

Depois que adotou a exigência de mais de meia centena de documentos, para completar o cadastro do grupo interessado nos projetos, a SUDENE também adotou um prazo para a apresentação desses papéis: depois de 30 dias da noti-

ficação não chegando os documentos, a autarquia considera o pedido cancelado por desistência, anulando inclusive a Carta Consulta certamente já aprovada. Isto, certamente, aniquilará grande parte dos projetos do RN ora encaminhados e paralizados por não preencherem as formalidades legais estabelecidas pela SUDENE.

A contundente Portaria n.º 14/74 foi baixada concomitantemente com vários anexos, em que as exigências entram em minudências. Por exemplo:

1 — “O pedido de revalidação do direito à utilização dos incentivos fiscais, formulado por empresa que descumprir disposições do Conselho Deliberativo da SUDENE, terá que ser fundamentado em ampla justificativa de ordem técnica, econômico-financeira ou jurídica.

2 — “Para efeito de revalidação será exigida a apresentação de novo projeto, precedido da respectiva carta-consulta respondida favoravelmente, de acordo com as normas em vigor, quando a empresa beneficiária não houver ini-

ciado a implantação física do projeto, dentro do prazo previsto para a primeira etapa do empreendimento, segundo cronograma de inversões e desembolso aprovado pela SUDENE.

— “A Secretaria Executiva da SUDENE diligenciará junto ao Banco do Nordeste do Brasil S. A. para que sejam canceladas as transferências correspondentes a recursos não liberados em razão da caducidade do direito à utilização dos incentivos, comunicando o fato às respectivas empresas depositantes.

4 — “A transferência de controle societário, bem como a alienação ou aquisição de títulos representativos de valor superior a 10% do capital volante de empresa beneficiária, somente poderão ser efetivados mediante prévia e expressa autorização da SUDENE.

5 — “Sem prejuízo de outras exigências que a Secretaria Executiva venha a formular, de acordo com as circunstâncias e peculiaridades do caso concreto, a proposta de mudança de controle societário deve ser instruída com a apresentação dos seguintes documentos: a) carta do grupo empreendedor, indicando as razões da transferên-

cia do controle societário; b) carta do novo grupo empreendedor declarando a intenção de assumir o controle societário e definindo inclusive o montante de sua participação no empreendimento; c) ten-

do ocorrido caducidade, pedido de revalidação do direito à utilização dos incentivos, na forma disciplinada nestas normas; d) dados cadastrais, de acordo com as exigências previstas na Portaria n.º 05 de 20.03.72; e) demonstrativo do esquema de funcionamento com indicação da origem dos recursos destinados à implantação do projeto, bem como esquema de financiamento e respectiva origem dos recursos previstos para a implantação de todos os projetos do grupo, se for o caso; f) nome e currículo das pessoas que ocuparão os cargos de direção da empresa, bem como do responsável pelo setor técnico; g) formal concordância com os termos da Resolução do Conselho Deliberativo da SUDENE, que haja aprovado o projeto.

6 — “As operações de incorporação, fusão e transferência de empresa beneficiária do sistema de incentivos fiscais dependerão de pré-

via a expressa aprovação da SUDENE.

7 — “Havendo omissão ou insuficiência de dados essenciais à apreciação de carta-consulta, esta só será respondida quando, por solicitação da SUDENE, o interessado apresentar satisfatoriamente todos os dados necessários ao exame do pleito.

8 — “As pessoas físicas ou jurídicas consideradas inidôneas pela SUDENE não poderão ocupar cargos de direção, nem participar do capital volante de empresa que tenha projeto aprovado por esta autarquia.

9 — “Para efeito de contrapartida de recursos do sistema 34/18, fica estabelecido que, nos projetos submetidos à aprovação da SUDENE, só será admitida a previsão de compra de viaturas quando se tratar de veículos de carga e do tipo utilitário e desde que indispensáveis ao desenvolvimento do projeto.

10 “Em nenhuma hipótese será admitida a previsão de campos de pouso ou de compra de aeronaves e de materiais e equipamentos que lhes sejam acessórios ou correlatos, para efeito de contrapartida do sistema 34/18.

## A VOCAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE PARA A INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES CONVENCEU TAMBÉM A ALPARGATAS

Nós que fazemos a ARTEFA - Artefatos de Confecções Ltda. - saudamos a ALPARGATAS CONFECÇÕES DO NORDESTE S/A com votos de boas-vindas, cientes de que este grande grupo contribuirá para o desenvolvimento do Estado.



**ARTEFA - Artefatos de Confecções Ltda.**

Rua Teotônio Freire, 351 - Fones 2-1317 e 2-7887  
End. Teleg. "Artefa" - Ribeira - Natal - RN

# RELAÇÃO COMPLETA DOS 29 PROJETOS DO RIO GRANDE DO NORTE QUE SE ACHAM EM ANÁLISE OU SIMPLEMENTE PARALIZADOS

NOME E GRUPO LÍDER	LOCALIZAÇÃO	TIPO DE PROJETO	INVESTIMENTO (em Cr\$ 1,00)		PRODUÇÃO	SITUAÇÃO DA ANÁLISE
			34/18	TOTAL		
01—Cia. Ind. de Rações Peletizadas -- COPEL (José Targino)	Canguaretama	IMP.	4.458.000	10.464.994	Agroind. de mandioca p/ exportação	Análise paralizada. Em exigência.
02—Inharé Produtos Alimentícios (Arimar França)	Natal	AMP.	4.615.056	5.886.741	molhos vegetais, vinagre, etc.	Em análise com exigência.
03—Monte Libano Hotéis e Turismo S/A (Alcides Araújo e Abbas Hassan)	Natal	REF.	11.573.081	23.074.161	Hotel	Análise paralizada aguardando parecer da Embratur.
04—Ind. de Móveis Silvan (Sílvio Mendes de Souza)	Mossoró	AMP.	2.700.000	4.585.031	Móveis	Análise paralizada. Em exigência.
05—DUMAR — Ind. Nacional de Alimentos S/A (José Joaquim B. Frota e Hemetério Gurgel)	Natal	IMP.	4.242.310	5.656.680	Beneficiam. de carne de siri, ostras, etc.	Aguardando parecer do DRN.
06—SACOPLAST — Sacos de Plásticos do Ne. Ltda. (Alonso Bezerra e Pedro W. Cavalcanti)	Natal	IMP.	7.073.604	9.431.473	sacos de rafia e de propleno.	Aguardando análise.
07—DUQUESA S/A — Ind. & Com. (Ducal Roupas S/A)	S. Gonçalo do Amarante	IMP.	27.495.547	46.660.610	calças, blusas saias e casacos de couro.	Aguardando análise. (prev. maio/74)
08—Confecções Dinan (Luiz Alves Flor e Francineide Alves)	Natal	AMP.	2.872.159	3.769.545	roupas profissionais.	Análise concluída. Aguardando cadastro.
09—S/A Confecções Brasileiras (Hélio Coutinho e Sérgio Guerra)	Natal	IMP.	24.364.621	32.486.163	camisas e calças.	Em análise.
10—SORIEDEM S/A — Confecções (Garibaldi Medeiros e Genival da Cunha Medeiros)	Natal	AMP.	6.000.000	10.000.000	camisas e calças e vestidos.	Análise concluída.
11—Cia. Nordestina de Fiação e Tecelegem (Luigi Spreafico e Heber R. Oliveira)	Natal	IMP.	5.567.455	13.423.247	fios de algodão	Aguardando análise.
12—EMTUSA — Empreendimentos Turísticos S/A (MOTEL MIRAMONTE — Luiz Abbott Galvão)	Natal	IMP.	1.100.000	2.500.000	Motel	Aguardando análise.
13—FORTESA — Botões Fortes S/A (Fernando Cisneiros)	Natal	REF.	895.430	1.161.337	Botões	Em análise.
14—MERCANTIL — Martins Irmãos S/A (Leopoldina F. Martins e José F. Martins)	Natal	IMP.	3.150.000	4.200.000	Beneficiam. da cera de carnaúba.	Aguardando análise.
15—PRODUPESCA — Prod. de Pesca e Exportação (Arimar França)	Natal	IMP.	4.496.312	5.995.083	Captura e beneficiam. de lagosta.	Análise concluída. Falta cadastro.
16—Confecções Guararapes S/A	Natal	AMP.	9.175.200	55.401.412	Calças e camisas.	Aguardando análise p/maio. Falta cadastro.
17—Emp. Agro Pecuária Moreira (Jaime Marques Moreira)	N. Cruz	IMP.	1.725.000	2.500.000	Pec. bovina	Analisada aguardando o cadastro.
18—Agropecuária Planalto S/A (Wilson Fernandes de Macedo)	Carnaubais	IMP.	3.450.000	4.600.000	Pec. de corte	Análise concluída.
19—SERRANA — Fdas. Reunidas S/A (José Valter Olimpio)	A. Branca	IMP.	3.314.012	4.418.682	Cast. de caju	Análise concluída.
20—VARJOTA — Agropecuária S/A (Adilino Onório)	Macau	IMP.	4.115.628	5.487.504	Pec. bovina	Aguardando cadastro p/vist. e análise.
21—Emp. Rural Agropastoril (Múcio Pinto)	Açu	IMP.	2.264.155	3.288.374	Pec. bovina	Aguardando documento p/vist. e análise.
22—APISA — Agropecuária Itapitanga S/A (Teófilo Liberato)	São Gonçalo do Amarante	IMP.	1.395.656	1.877.541	Pec. bovina leite e corte	Aguardando documento p/vist. e análise.
23—AGRO ROCHA — Aduato Rocha Agroindustrial S/A (Aduato Rocha)	Ceará Mirim e Ielmo Marinho	IMP.	6.864.126	9.152.168	Agroind. e pecuária.	Aguardando documento p/vist. e análise.
24—Agropecuária Paraíso S/A — AGROPASA (João Marques de Araújo)	S. P. do Potengi	IMP.	1.066.759	1.404.483	Pec. bovina	Aguardando documento p/vist. e análise.
25—CERTOSA — Centro Rural Toto Jacinto S/A (Lauro Arruda Câmara)	S. José de Campestre	IMP.	3.463.370	4.617.826	Pec. bovina,	Aguardando documento p/vist. e análise.
26—S/A Brasileira de Alimentos — SABRA (Francisco Lapa de Carvalho)	Canguaretama	REF.	1.573.816	1.773.976	Pec. bovina	Aguardando análise.
27—Cia. Ind. de Rações Peletizadas — COPEL (José Targino)	Canguaretama	IMP.	2.072.300	7.010.383	Mandioca	Aguardando parecer do DI.
28—Ponta do Mel Agropastoril S/A (Geraldo Martins de Araújo)	A. Branca	IMP.	1.804.000	2.500.000	Pec. bovina leite, agric. e coco.	Aguardando análise.
29—Cia. Pec. e Agric. do Nordeste — COPAN	S. Cruz.	REF.	2.970.000	3.480.000	Pec. bovina	Aguardando análise.

# Terminou a especulação?

No meio dos empresários existe uma *esperança* e na SUDENE existe a *confiança*: de agora em diante — afinal — não mais haverá lugar para a atuação dos escritórios de especulação que vinham efetuando a captação dos recursos do sistema 34/18. O Decreto-Lei 1.304/74, assinado pelo Presidente da República em janeiro deste ano, definiu que a captação passará a ser "privativa de instituições do sistema financeiro nacional, desde que credenciadas pelo Banco Central".

Na semana passada, anunciou aquele Banco que não irá baixar já instruções complementares sobre a matéria, mas afirmou que fará vigorar em toda plenitude sua recente Resolução 281, que trata do credenciamento.

Entretanto, para os empresários do Nordeste, e inclusive para algumas autoridades da SUDENE — a exemplo do representante da autarquia em Natal, Sr. Antônio de Pádua — a pura e simples vigência do novo dispositivo não seria suficiente para sanar as distorções do setor. "A recente reformulação foi, sem dúvida, um grande passo, mas aguardamos que outras decisões venham a ser tomadas dentro em breve", diz o Sr. Antônio de Pádua.

## FAIXA-DE-MANOBRA

Como se sabe, de há muito os incentivos fiscais da SUDENE estavam custando cerca de 30, 35 e até 45% sobre o valor de recursos captados pelos projetos do Nordeste.

Os escritórios de especulação, que se elevavam a algumas centenas no Brasil, além de alguns milhares de indivíduos em ação por conta própria, vinham funcionando como intermediários ilegais entre o investidor e o empresário local, cobrando alto pelo "favor" de aplicar recursos

do Imposto de Renda neste ou naquele projeto.

Agora, a partir do Decreto-Lei 1.304, esse tipo de intermediário perdeu sua faixa-de-manobra. De qualquer modo, a escolha do projeto em que serão aplicados os recursos dos artigos 34/18 continuará cabendo ao investidor, cabendo às instituições credenciadas apenas a captação.

Sendo assim, temem os empresários norte-riograndenses, e os nordestinos em geral, que a figura do intermediário especulador possa resurgir debaixo-do-pano, realizando o contato preliminar e direto com o investidor para depois negociarem com os interessados na captação.

Em outros termos, haveria a taxa fixada pelo Conselho Monetário Nacional, cobrada pelas instituições credenciadas, e mais uma sobretaxa clandestina — a ser engolida pelo intermediário ilegal que conseguir que determinado grande empresário do Sul, por exemplo, aceite investir em determinado pequeno ou médio projeto do Rio Grande do Norte.

Todavia, afastando a hipótese *pessimista*, o Sr. Antônio de Pádua coloca argumentos:

"Antes de tudo, acreditamos que a regulamentação do Decreto-Lei trará elementos objetivos para impedir tais manobras. Temos ainda de considerar que no Brasil existem hoje 220 mil depositantes em favor do 34/18, tornando-se então extremamente difícil todos eles, ou grande parte deles, participarem da especulação. Além disso, do volume de capital investido no Nordeste, através do sistema 34/18, cerca de 30% provêm de pequenos e médios investidores. E para esses a SUDENE pensa na criação de um fundo comum, a ser administrado pelo Banco do Nordeste, por exemplo, ficando com a SUDENE a escolha dos projetos a serem beneficiados".

Tudo indica que a alta direção da SUDENE confia na instituição desse fundo comum de pequenos e médios investidores, talvez ainda em 1974. Comenta a imprensa do Sul que o próprio Ministro Reis Velloso, do Planejamento, que continuará ocupando sua Pasta no Governo Geisel, defende essa tese.

Enfim, pode ser que 74 não seja apenas o ano da inauguração do imponente edifício da SUDENE, no Recife, mas também a abertura de uma fase de importantes modificações no terreno da atuação da

autarquia, cujo indício forte seria o Decreto-Lei 1.304.

## EXIGÊNCIAS ATUAIS

A Resolução 281 do Banco Central, a ser aplicada em combinação com o novo Decreto-Lei, define que o credenciamento de bancos comerciais, de investimento ou de desenvolvimento, será feito junto às ISBAN — Inspeção dos Bancos.

As demais instituições financeiras, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades corretoras e sociedades distribuidoras, far-se-á na GEMEC — Gerência de Mercado de Capitais, do próprio Banco Central, em Brasília. A intermediação somente poderá ser processada mediante contrato formal entre a entidade financeira e a empresa responsável pelo projeto.

Diferente do que ocorria com os escritórios de captação (leia-se especulação), agora os contratos entre a empresa e as instituições financeiras, das quais a captação se tornou privativa, serão objeto de exame pelo Banco Central, no prazo máximo de 30 dias depois de assinados.

Tais contratos deverão especificar, entre outras coisas:

— o valor máximo da captação contratada, discriminado por exercício, obedecido o cronograma do projeto;

— a obrigação da instituição financeira aplicar o melhor de seus esforços na captação contratada;

— o compromisso da empresa responsável pelo projeto de não contratar captações paralelas, com outras instituições financeiras, que elevem o valor total contratado a níveis superiores aos aprovados pelo projeto;

— a possibilidade de rescisão contratual, a qualquer tempo e por qualquer das partes, com aviso de 30 dias;

— a remuneração máxima de 8 por cento sobre o valor efetivamente captado, devido à instituição financeira, e a forma de seu pagamento, não se admitindo, em hipótese alguma, a cobrança de qualquer outro encargo, a antecipação do pagamento, bem como o estabelecimento de outras exigências.

## ANTES E DEPOIS

A história da SUDENE e seus incentivos fiscais no Nordeste, possa por uma fase de encanto e

# SORIEDEM S/A CONFECÇÕES

C. G. C. M. F. 08.398.489/001

## RELATORIO DA DIRETORIA

### Senhores Acionistas:

Temos a satisfação de apresentar a V. Sas. o resultado econômico-financeiro do exercício de 1973.

### ANTECEDENTES

Conforme previvamos em nosso relatório, por ocasião do encerramento do exercício de 1972, o projeto de implantação da nova fábrica, ficou inteiramente concluído, tendo a empresa recebido o quadro final, expedido pelo Setor de Fiscalização do Departamento de Industrialização da SUDENE, relativo a execução integral do projeto aprovado por aquele órgão, em reunião de 26 de agosto de 1971.

Dentro das novas dimensões e vendido todo o período de maturação, pudemos consolidar nosso Setor de Vendas e alargar as áreas geográficas de comercialização da produção, visando sobretudo a região Centro-Sul, onde a concentração demográfica e o poder aquisitivo de sua população, ensejam maiores índices de consumo.

Com efeito, as vendas realizadas para aquele período, no exercício ora encerrado, foram superiores em 82% do ano de 1972, abrindo-se excelentes perspectivas de expansão para os próximos períodos.

A diretoria da empresa continua voltada para a introdução de técnicas racionais de administração, nos setores financeiros, administrativos, de produção e vendas, assessorada por profissionais de elevado gabarito e promovendo permanente treinamento de seu pessoal.

Com a conclusão do projeto, entraram em pleno funcionamento os setores assistenciais e sociais da indústria, inclusive com o início de funcionamento do nosso refeitório, a partir do mês de outubro, cobrando-se por refeição o preço simbólico de Cr\$ 1,50.

### PRODUÇÃO E VENDAS

Em termos físicos, aumentamos nossa produção de camisas e calças, respectivamente, em relação ao exercício de 1972, de 16% e 61% proporcionando um incremento global no faturamento sobre o exercício anterior de 84%.

As promoções de vendas, realizadas através de especialistas no Setor, tem sido responsáveis pela ótima resposta que temos recebido do mercado consumidor, ressaltando-se o lançamento da nova etiqueta "BUFFALO", na FFRNT, no mês de janeiro do corrente ano, cuja aceitação excedeu a todas as expectativas.

### DOS RESULTADOS E RESERVAS

Embora tenha sido o setor de confecções, também atingido por elevações de preço fora de todas as previsões, em decorrência de vertiginoso aumento da demanda e preço das matérias primas básicas do ramo, pudemos encerrar o exercício, com um resultado considerado bastante satisfatório.

Com efeito, deduzidas as parcelas legalmente comprometidas do lucro do exercício e consideradas as reservas geradas da correção monetária do Ativo Imobilizado, da retenção dos Artigos 34/18 e da dedução para investimentos do ICM, estará a empresa em condições de bonificar os senhores acionistas em cerca de 35%.

### EVOLUÇÃO DO CAPITAL

Em contra partida das inversões realizadas no exercício principalmente para reforço do nosso Capital de Giro Próprio, elevamos o Capital Social da empresa em 50%, dos quais 85% de recursos próprios dos acionistas e o restante de recursos dos Artigos 34/18.

Em nosso propósito, a exemplo de anos anteriores, adotamos neste exercício, o procedimento de aplicação dos lucros, em elevação de capital, mediante aprovação em assembleia, pelos acionistas, visando dotar a sociedade de boa capacidade de investir em seus projetos futuros, bem como manter atualizado o capital de giro próprio.

### OUTRAS CONSIDERAÇÕES

A nossa determinação de dirigir a empresa de forma dinâmica, nos levou a apresentar à SUDENE o segundo projeto de expansão, prevendo elevação da

capacidade produtiva anual da indústria, para 700.000 calças e 1.800.000 camisas. O referido projeto deverá entrar em pauta na reunião do Conselho Deliberativo deste mês, prevendo-se a sua conclusão para fins de 1975.

Outro fato digno de destaque é o apoio que a indústria recebeu do Governo do Estado, através da concessão de incentivo fiscal, correspondente à dedução da parcela do valor do ICM a receber, com o fim específico da aplicação em novas inversões.

É de todo interesse, conhecerem os Senhores Acionistas que esta dedução é obrigatoriamente convertida em Capital, constituindo-se desta forma, numa remuneração adicional dos recursos aplicados na empresa.

Finalizando, não podemos deixar de ratificar e agradecer o amplo apoio que temos recebido de órgãos governamentais em todas as esferas, particularizando-se a SUDENE, Banco do Nordeste do Brasil S. A., Banco do Brasil S. A., BANDERN, e o B.D.R.N., as Secretarias do Planejamento e da Fazenda do Estado.

Agradecemos, também, aos nossos funcionários, clientes, fornecedores, representantes que emprestaram sua valiosa colaboração, para alcançarmos os bons resultados apresentados em nosso Balanço.

Pretendendo, assim, havermos cumprido a nossa missão, no exercício findo, permanecemos à disposição de V. Sas. para qualquer outros esclarecimentos.

Natal, 20 de janeiro de 1974.

GARIBALDI DA CUNHA MEDEIROS  
Diretor-Presidente

EDMUNDO DA CUNHA MEDEIROS  
Diretor-Superintendente

GENIVAL DA CUNHA MEDEIROS  
Diretor-Comercial

JEFFERSON CORREIA DE AQUINO  
Diretor-Industrial

JOÃO BATISTA DE MELO  
Diretor-Administrativo  
Téc. Contab. CRC-460-RN

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973

A T I V O		P A S S I V O	
	Cr\$		Cr\$
DISPONÍVEL		EXIGÍVEL A CURTO PRAZO (até 180 dias)	
Bens numerais	15.000	Fornecedores	6.944.363
Depósitos bancários a vista	3.238.279	Empréstimos bancários (Nota 4)	310.445
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO (até 180 dias)		Imposto de Renda (Nota 5)	478.716
Contas a receber de clientes	17.573.886	Outras contas a pagar	1.326.530
Duplicatas descontadas	( 9.134.041)		9.060.054
Provisão para devedores duvidosos	( 351.478)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
	8.088.367	Empréstimos bancários (Nota 4)	2.049.900
Depósitos de incentivos fiscais pendentes de liberação	398.850	Credores por Investimentos (Nota 6)	799.644
Outras contas a receber	652.747		2.849.544
Estoques (Nota 1)	6.989.558	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Total ativo corrente	19.382.801	Capital autorizado - Cr\$ 30.000.000, Subscrito e Integralizado (Nota 7)	9.618.380
IMOBILIZADO		Reservas para aumento de capital	
Imobilizações técnicas (Nota 2)	4.795.492	Manutenção do capital de giro	546.032
Imobilizações financeiras		Decreto 64214/69 (Nota 5)	478.715
Depósitos para investimentos (Nota 3)	308.022	Incentivos fiscais - Decreto 6241/73 (Nota 3)	308.022
Empréstimos compulsórios, ao custo	110.047	Resolução 1162 - SUDENE	94.166
	5.213.561	Reserva legal	276.271
PENDENTE		Lucros acumulados (Quadro 1)	1.717.700
Despesas de implantação (menos amortização 20% ao ano - Cr\$ 215.482)	340.756		24.948.884
Despesas diferidas	11.766	COMPENSAÇÃO	12.732.498
	352.522		37.681.382
COMPENSAÇÃO			37.681.382
	24.948.884		
	12.732.498		
	37.681.382		

GARIBALDI DA CUNHA MEDEIROS  
Diretor-Presidente

EDMUNDO DA CUNHA MEDEIROS  
Diretor-Superintendente

GENIVAL DA CUNHA MEDEIROS  
Diretor-Comercial

JEFFERSON CORREIA DE AQUINO  
Diretor-Industrial

JOÃO BATISTA DE MELO  
Diretor-Administrativo  
Téc. Contab. CRC-460-RN

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E DE LUCROS ACUMULADOS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973

VENDAS (deduzido Cr\$ 2.728.596 de I.P.I.)	25.010.927	IMPOSTO DE RENDA (Nota 5)	478.716
CUSTO DAS VENDAS (inclui depreciação Cr\$242.799)	15.228.013	Lucro líquido	3.191.265
	9.782.914	LUCROS ACUMULADOS	
DESPESAS OPERACIONAIS		Saldo no início do exercício	926.150
Financeiras	1.763.960		4.117.415
Vendas	2.297.451	Apropriações	
Administrativas	1.430.951	Aumento de capital	926.150
Provisão para devedores duvidosos	314.432	Reserva para manutenção do capital de giro	546.032
Amortização despesas de implantação	92.071	Reserva para aumento de capital - Decreto 64214/69 (Nota 5)	478.715
Depreciação	40.653	Reserva para aumento de capital - Decreto 6241/73 (Nota 3)	308.022
Lucro operacional	5.939.518	Reserva legal	140.796
	3.843.396	Saldo no fim do exercício (Quadro 1)	1.717.700
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)			
Receitas financeiras	230.513		
Prejuízo na venda de imobilizado	( 221.056)		
Despesas diversas	( 182.872)		
Lucro líquido, antes do imposto de renda	3.669.981		

GARIBALDI DA CUNHA MEDEIROS  
Diretor-Presidente

EDMUNDO DA CUNHA MEDEIROS  
Diretor-Superintendente

GENIVAL DA CUNHA MEDEIROS  
Diretor-Comercial

JEFFERSON CORREIA DE AQUINO  
Diretor-Industrial

JOÃO BATISTA DE MELO  
Diretor-Administrativo  
Téc. Contab. CRC-460-RN

# SORIEDEM S/A CONFECÇÕES

C. G. C. M. F. 08.398.489/001

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1974

## NOTA 1 — ESTOQUES

	Cr\$
Produtos elaborados	1.748.884
Produtos em elaboração	1.643.237
Matérias primas	2.538.956
Materiais secundários	1.058.481
	<u>6.989.558</u>

Os estoques estão demonstrados pelo custo médio de compra ou produção, os quais não excedem o custo de reposição e/ou valor de realização.

Focos de matérias primas e materiais secundários no montante de Cr\$ 1.600.000 e de produtos acabados no montante de Cr\$ 676.400, encontram-se apenados em favor do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste do Brasil respectivamente, em garantia de financiamentos obtidos.

## NOTA 2 — IMOBILIZAÇÕES TÉCNICAS

	Custo Cr\$	Correção Monetária Cr\$	Total Cr\$
Terranos	250.040	40.007	290.047
Edifícios e construções	2.151.614	-	2.151.614
Máquinas, aparelhos e equipamentos	1.718.808	162.475	1.881.283
Instalações	562.908	10.225	573.133
Móveis e utensílios	353.472	21.565	375.037
	<u>5.036.842</u>	<u>234.272</u>	<u>5.271.114</u>
Depreciação acumulada	427.793	-	427.793
	<u>4.609.049</u>	<u>182.987</u>	<u>4.792.036</u>
Construções em andamento	3.456	-	3.456
	<u>4.612.505</u>	<u>182.987</u>	<u>4.795.492</u>

A correção monetária do ativo imobilizado foi procedida de acordo com a legislação específica. O montante líquido da correção correspondente ao exercício de 1973, importou em Cr\$ 108.125, tendo tal valor sido utilizado em aumento de capital.

É adotado o método linear para cálculo da depreciação sobre custo e correção monetária.

Um novo projeto para ampliação foi elaborado e está em processo de análise e aprovação por parte da SUDENE. Esse projeto é da ordem de Cr\$ 10.800.000 e poderá contar com recursos de incentivos fiscais (34/18) no montante de Cr\$ 4.500.000.

## NOTA 3 — DEPOSITOS PARA INVESTIMENTOS

De acordo com o Decreto Estadual nº. 6241/73, a companhia passou a gozar, pelo prazo de cinco anos ou até o limite de Cr\$ 3.488.923, da redução de 48% do valor do imposto sobre circulação de mercadorias, a título de estímulo fiscal.

O valor correspondente à redução desse tributo vem sendo depositado em conta bancária vinculada, sendo constituída em valor equivalente uma reserva para futuro aumento de capital, conforme determina a legislação específica.

## NOTA 4 — EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

	Curto Prazo	Longo Prazo
Banco do Brasil Resolução n. 63 do Conselho Monetário Nacional US\$ 165.000. Juros de 12% ao ano; correção monetária do saldo devedor em dólares, em função da variação da taxa de câmbio. Garantido por estoques. Vencimento em novembro de 1974		999.900
Banco do Nordeste do Brasil Resolução 130 do Banco Central Juros e comissões de 12% a 3,6% ao ano, respectivamente. Vencimento final em janeiro de 1975. Garantido por estoques	37.499	500.000
Banco Econômico S/A Resolução 130 do Banco Central Juros e comissões de 12% a 3,6% ao ano, respectivamente. Vencimento em outubro de 1974. Garantido por promissórias		200.000
Financiamento para capital de giro com recursos do PIS Vencimento final em setembro de 1975. Juros de 9% ao ano mais correção monetária Garantido por duplicatas caucionadas	150.000	350.000
Outros empréstimos	122.946	
	<u>310.445</u>	<u>2.049.900</u>

## NOTA 5 — IMPOSTO DE RENDA

De acordo com o Decreto n.º 64214/69 a companhia goza até 1979, da isenção de 50% do imposto de renda, devendo, todavia, constituir uma reserva pelo valor equivalente ao da isenção e capitalizá-la no exercício subsequente àquele em que o

imposto for devido. A importância de Cr\$ 478.715 corresponde ao valor da isenção do imposto de renda sobre os resultados do exercício de 1973. Do valor do imposto devido pode ainda a companhia deduzir 50% para aplicação em projetos aprovados pela SUDENE ou para reinvestimento.

## NOTA 6 — CREDORES POR INVESTIMENTOS

Investimentos efetuados nos termos do artigo 13 do Decreto 58.334/64 e artigo 14 do Decreto 64214/69. Vencem juros de 12% ao ano e são res-

gatáveis em prestações anuais não inferiores a 20% do principal, após cinco anos contados da data em que a juízo da SUDENE o empreendimento alcançar a fase normal de funcionamento.

## NOTA 7 — CAPITAL

O capital subscrito da companhia foi aumentado no decorrer do exercício por Cr\$ 3.201.937, assim integralizado:

	Cr\$
Recursos próprios	1.055.000
Recursos de incentivos fiscais (34/18)	492.278
Lucros acumulados	926.150
Manutenção do capital de giro	387.740
Correção monetária do imobilizado	108.125
Reserva para aumento de capital - Decreto n. 64214/69	<u>232.644</u>
	<u>3.201.937</u>

O capital subscrito está representado por 9.618.380 ações do valor nominal de Cr\$ 1,00 cada, das seguintes classes:

Ordinárias, nominativas endossáveis	6.408.690
Preferenciais - Classe A	
Nominativas, intransferíveis pelo prazo de cinco anos, contados da data em que, a juízo da SUDENE, o projeto alcançar a fase de funcionamento normal. Sem direito a voto e com dividendo fixo, não cumulativo, de 12% ao ano	2.479.149
Preferenciais - Classe B	
Nominativas, sem direito a voto, com dividendo fixo, não cumulativo, de 12% ao ano	730.541
	<u>9.618.380</u>

GARIBALDI DA CUNHA MEDEIROS  
Diretor-Presidente

EDMUNDO DA CUNHA MEDEIROS  
Diretor-Superintendente

GENIVAL DA CUNHA MEDEIROS  
Diretor-Comercial

JEFFERSON CORREIA DE AQUINO  
Diretor-Industrial

JOÃO BATISTA DE MELO  
Diretor-Administrativo  
Téc. Cont. CRC — 460 — RN

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Soriedem S/A — Confecções, abaixo assinados, tendo procedido ao exame dos demonstrativos financeiros e de todos os documentos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 1973 e constatando sua regularidade, são de parecer que o Balanço Patrimonial e

a Demonstração de resultados, referentes ao período acima citado, representam com fidelidade o movimento dos negócios sociais, merecendo assim a aprovação da Assembléa Geral.

Natal, 23 de Janeiro de 1974.

EIDER FURTADO DE MENDONÇA E MENEZES

ANTONIO DE VASCONCELOS GALVÃO

JOSE BARBOSA DE FARIAS

PRICE WATERHOUSE PEAT & CO.  
11 de Fevereiro de 1974.  
Ilmos. Srs. Diretores  
Soriedem S. A. Confecções

Examinamos o balanço patrimonial da Soriedem S. A. Confecções levantado em 31 de dezembro de 1973 e a correspondente demonstração de resultados e de lucros acumulados do exercício findo nessa mesma data. Efetuamos nosso exame consoante padrões reconhecidos de auditoria, incluindo revisões parciais dos livros e documentos de contabilidade, bem como aplicando outros processos técnicos de auditoria na

extensão que julgamos necessária segundo as circunstâncias.

Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras são fidedignas demonstrações da posição financeira da Soriedem S. A. Confecções em 31 de dezembro de 1973 e dos resultados das operações do exercício, de conformidade com princípios contábeis geralmente adotados e aplicados de maneira consistente em relação ao exercício anterior.

PRICE WATERHOUSE PEAT & CO.  
CRC — PE — 50 IS

Contador Responsável  
CARLOS DE SOUZA CARVALHO  
CRC — RS — 9314 — IS — PE

euforia, e por uma fase de desencanto e protesto.

Em 1959, constatando as gritantes disparidades existentes entre o ritmo de crescimento das diversas regiões do Brasil, o Governo Federal cria a SUDENE. Era uma sigla e um sonho: planejar, promover e coordenar o desenvolvimento rápido do Nordeste. Para tanto, o Governo Federal abre mão da parcela de 50% do Imposto de Rendas (IR) dividido pelas pessoas jurídicas, admitindo sua aplicação em projetos próprios dos contribuintes ou de terceiros, através do sistema regulamentado pelos artigos 34 e 18 da legislação específica.

No princípio, o volume de recursos até supera o capital requerido. Ou seja: os saldos do Banco do Nordeste (BNB) são maiores que a capacidade de absorção das empresas projetadas. Alguns investidores, com seus recursos parados e com prazo de aplicação por esgotar-se, chegam ao ponto de oferecerem compensação financeira para as empresas que lhes permitissem aplicar seus 50% de IR.

Mas a situação iria inverter-se. Com o tempo, os empresários locais — nem tanto os norte-riograndenses — passam a atuar mais agressivamente na apresentação de seus projetos, gerando, afinal, a disputa. Surge então a Lei da Oferta e da Procura. — A mercadoria (leia-se “recursos do 34/18”), sendo alvo de maior cortejo, passa a cobrar seu preço.

Pior ainda: buscando capital na mesma fonte, aparecem em seguida a SUDAM e o IBDF (em 1966), a SUDEPE (em 67), depois a EMBRATUR (em 68), a EMBRAER (em 70); sem falar no PIN e no PROTERRA. A partir daí, com a imensa procura em contradição com a limitação da oferta, os preços dos incentivos fiscais chegam a exorbitância. E estouram os protestos, alguns mais tímidos e acuados, outros claros e conscientes — abrindo caminho para uma prolongada batalha de argumentos.

## CHANTAGEM

No Rio Grande do Norte, a revista RN-ECONÔMICO foi o primeiro veículo de comunicação a colocar o problema, em suas reportagens e seus editoriais. Em seguida os empresários “abriram o jogo”,

sendo apoiados por políticos e por outros órgãos da imprensa. Os preços dos incentivos possibilitaram o surgimento de ricos escritórios de especulação, assim analisados em fevereiro de 72 pelo Sr. Marcos Aurélio de Sá, editor de RN-ECO-NÔMICO:

“Se o empresário não se submeter aos caprichos dessa Máfia — que são os escritórios de captação — não conseguirá nada. Ou seja, se o empresário procurar agir com honestidade, pagando e contabilizando apenas a comissão permitida por Lei, fracassará. Agora, se ele — muitas vezes obrigado pelo desespero e pelas dificuldades mais cruéis — aceita as injunções e paga o preço da chantagem, torna-se um empresário fadado ao insucesso, uma vez que, tecnicamente, não se pode pagar um preço tão alto pelos incentivos fiscais da SUDENE”.

Concretamente: os incentivos fiscais da SUDENE estavam custando cerca de 30, 35 e até 45%, por conta da ilegal livre-transa dos ditos escritórios. Entretanto, pela Resolução n.º 5.033 da SUDENE, de 23 de abril de 1970, havia sido determinado que os preços dos serviços prestados na captação dos recursos seriam ajustados entre as partes interessadas, dentro dos seguintes limites: 1) Para os projetos agrícolas e agro-industriais até o máximo de 5%; 2) Para os demais projetos até o máximo de 4%.

## TERMOS DE SOLUÇÃO

Sobre a questão, disse o Senador Dinarte Mariz, ex-empresário do Rio Grande do Norte e ex-Governador:

“Já tenho me manifestado em muitas oportunidades contrário ao sistema do 34/18. Este sistema, assim como está, vai terminar concorrendo para a escravização crescente da economia do Nordeste. A corrupção anda junto com o 34/18”.

Essa e outras declarações do Senador Dinarte Mariz, contidas em longa entrevista concedida a RN-ECONÔMICO (n.º 41, março de 1973), tiveram e continuam tendo grande repercussão. Inúmeros empresários, autoridades e políticos interessados no assunto, adquiriram exemplares da edição da revista para enviar a diferentes setores do Governo Federal, objetivan-

do contribuir para o esclarecimento da realidade.

Em termos de solução, a proposta do Senador da ARENA era no sentido da criação de um Fundo para o Desenvolvimento do Nordeste — apenas como um primeiro passo.

“Incluído no Orçamento da União, esse Fundo seria o remédio ideal, pois assim se conseguiria os recursos da região mais enriquecida — que mais impostos recolhe —, para aplicá-los na região nordestina, por mãos de empresários nordestinos. Uma vez no Orçamento, a verba seria depositada no Banco do Nordeste. A SUDENE efetuará os estudos dos interessados na industrialização e na agropecuária, elaborando projetos que seriam então financiados pelo referido Banco, para pagamento em 30 anos, com quatro de carência e juros anuais de 4%” — disse o ex-Governador.

Eis uma justificativa da proposta: “Por acaso, o dinheiro dos incentivos fiscais não está entregue gratuitamente aos capitalistas do Sul? E, usando deste dinheiro, não estão eles explorando os industriais do Nordeste? Isso prova que o paternalismo dessa política é prejudicial. E eu sempre fui contra, não acredito em paternalismo dentro da economia”. E continuava o Sr. Dinarte Mariz: “A adoção do Fundo de Desenvolvimento, além de tornar obrigatório a devolução dos recursos ao Tesouro Nacional, criaria um sistema de rotatividade que em algumas décadas teria propiciado outra feição ao Nordeste”.



## AGÊNCIA AEROTUR

EXCURSÕES E  
PASSAGENS AÉREAS  
PARA QUALQUER  
PARTE DO MUNDO

Ed. Sisal - Loja 4



# Projetos agrícolas alteram a economia

Dentre os muitos projetos destinados a alterar a vida econômica do Estado do Rio Grande do Norte, dois vêm se salientando pela diversificação de objetivos e sofisticação de base. Chamam-se eles: Projeto "Vilas Rurais" e o projeto "Mato Grande". Este último, ainda em fase de estudos pelos organismos responsáveis, pretende preencher uma lacuna da deficiente agricultura de nosso Estado. Entre as suas aspirações imediata, destaca-se o aproveitamento de grandes extensões de terras até hoje inaproveitadas, nas micro-regiões homogêneas do Litoral de São Bento do Norte e Serra Verde. O projeto prevê o assentamento de 1.580 famílias, ou seja, uma média de 3.950 pessoas, tomando-se por base a existência de 2,5 forças de trabalho por família, para uma área de 89 mil hectares. Terá lotes agrícolas de uma dimensão de 50 hectares e sua principal produção será o sisal e o algodão. O sisal será produzido a partir do próximo ano, sendo que nesse ínterim as famílias ali instaladas terão o seu sustento do cultivo do algodão e de outras culturas de subsistência.

## FINANCIAMENTO DO PROJETO

O montante do investimento a ser feito no projeto "Mato Grande" alcançará a casa dos Cr\$ ..... 76.435.650,00, dos quais ..... 59.758.150,00 financiados, e .... 26.677.500,00 não reembolsáveis.

A viabilidade do projeto decorreu do seu enquadramento nas fina-

lidades do Programa de Redistribuição de Terra e da Modernização da Agroindústria — PROTERRA — que constituirá a principal fonte de financiamento.

## DESTRIBUIÇÃO DOS COLONOS

Os colonos responsáveis pela mão de obra empregada no projeto terão suas residências nucleares em pequenas vilas rurais e estarão agrupados em cooperativas que se encarregarão da comercialização e do crédito, bem como de proporcionar aquisição de insumos agrícolas a preços acessíveis.

## PROJETO MATO GRANDE

Prevê-se, para tanto, a implantação de 20 vilas rurais que seriam os nucleamentos das residências existentes, cerca de 2,5 a 3 quilômetros por lotes agrícolas.

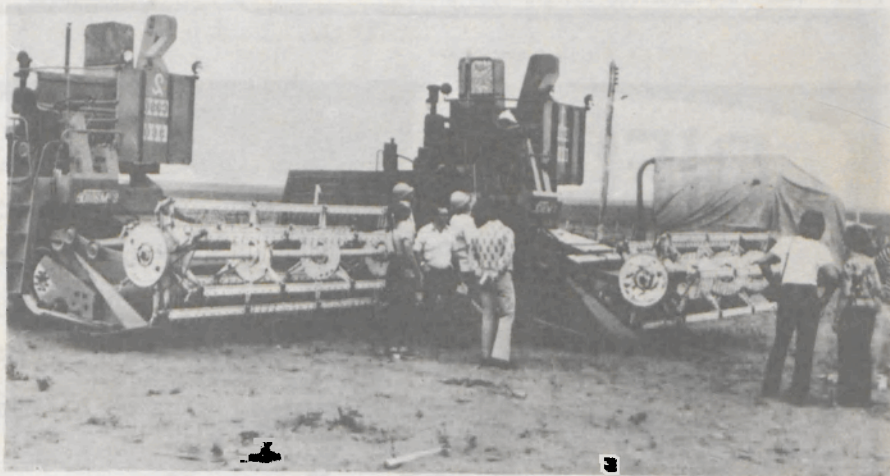
Haverá, ainda a instalação de um centro comunitário que abrigará os equipamentos sociais menores, tais como uma unidade médico-hospitalar, ginásio, campos de experimentação agrícola, sede de coopera-

tiva, e outros. Desta forma pretende-se fixar o homem à terra e elevar seu nível de renda, evitando-se, assim, a procura de novos mercados urbanos, e garantindo-se no Estado o equilíbrio demográfico de maneira mais coerente.

## VILAS RURAIS: PROJETO OPORTUNO

O projeto "Vilas Rurais" — ora em implantação entre as Serras do Mel e do Carmo, numa extensão territorial que abrange 600 quilômetros quadrados, é um complexo de características múltiplas que envolve desde a criação de empregos para milhares de rurícolas, até o aproveitamento material de uma região densamente cerrada de árvores, anteriormente, através do emprego racional da agricultura.

Para alcançar tal objetivo, o governo do Estado convocou os serviços de dois órgãos especializados: a CIMPARN — Companhia de Implantação de Projetos Agrários do Rio Grande do Norte — como realizadora do projeto, e os serviços do Banco do Brasil S/A, como financiador do mesmo.



O trabalho de implantar projetos agrícolas dá frutos





**UM  
HOTEL  
NO  
GRANDE  
PONTO**

O GRANDE PONTO É O LOCAL MAIS CENTRAL DA CIDADE. É A CONVERGÊNCIA E A DIVERGÊNCIA DA CAPITAL POTIGUAR. EXISTE MELHOR LOCAL PARA VOCÊ SE HOSPEDAR QUANDO VIER VISITAR A CIDADE-SOL?

Telefones em todos os apartamentos. Atendimento de primeira.

**HN HOTEL NATAL**  
 Av. Rio Branco, 740 - Fones 2-2182 e 2-2792  
 Endereço Telegráfico: CONFORTO - Natal - RN

**SIGA A ROTA  
DA ELEGÂNCIA E DO  
BOM GOSTO**

AS LOJAS LM JÁ HABITUARAM O HOMEM ELEGANTE NATALENSE A SÓ ADQUIRIR ARTIGOS DE QUALIDADE COMPROVADA. AS SUGESTÕES DA MODA, DITADAS PELA MUTAÇÃO DAS CORES E DOS PADRÕES, ESTÃO NAS LOJAS LM EM TODA SUA PLENITUDE.



LOJAS **LM**

rua amaro barreto, 1343  
fone 2-1601 - alecrim  
rua joão Pessoa, 183  
Fone 2-3465 - cidade-alta  
NATAL - RN

**DIEL**  
faz o que  
ninguém faz!

EM DIEL PEÇAS E ACCESSÓRIOS  
VOCÊ EQUIPA O SEU CARRO DE  
QUALQUER MARCA E PAGA TUDO  
EM ATÉ 36 MESES, SEM FIADOR.



**DIEL**  
peças e acessórios Ltda  
Av. Rio Branco, 167  
Fone 2-5640 e 2-0209

# RIONORTE

Companhia Norterlograndense de Crédito, Financiamento e Investimento  
Matriz: Rua Mossoró, 359 - Natal-RN

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973

ATIVO					PASSIVO				
VALORES — EM Cr\$					VALORES — EM Cr\$				
Títulos e Subtítulos	Código	Título	Subgrupo	Grupo	Títulos e Subtítulos	Código	Título	Subgrupo	Grupo
<b>DISPONÍVEL</b>					<b>NÃO EXIGÍVEL</b>				
Caixa	00215	111.507,92			Capital Subscrito:				
Bancos — Conta de Movimento	00505	205.555,74	314.861,66	314.861,66	<b>CAPITAL</b>				
<b>REALIZÁVEL</b>					De Domiciliados no País	511015	2.786.000,00		2.786.000,00
Financiamentos — Operações com ações cambiais:					<b>Reservas:</b>				
Financiamento Direto ao usuário	11109	4.874.298,19			Correção Monetária de O.R.T.N. — Dec.-Lei n.º 157/67	55215	601,10		
Financiamento ao usuário, com inter- veniência	11505	2.561.672,00	7.455.970,19		Fundo de Reserva Legal	55318	117.901,85		117.902,93
Financiamentos — Operações como agente financeiro:					<b>Provisões:</b>				
Devedores por financiamento — Caixa Econômica Federal	13509	1.940.504,43	1.940.504,43		Provisão para devedores duvidosos	55110	13.791,00		13.791,00
Outras Aplicações:					<b>Amortizações Acumuladas:</b>				
Empréstimos	15215	198.921,36			Fundo de Amortização do Ativo	57505		110.581,62	3.028.275,55
Letras de câmbio em carteira	15411	1.107.402,47	1.246.523,83		<b>EXIGÍVEL</b>				
Valores e Bens:					Títulos Cambiais	60064	6.402.554,62		
Aplicações alternativas de tributos	17608	177.572,84	177.572,84		Operações de Refinanciamento — Caixa Econômica Federal	60250	1.950.453,72		
Outros Créditos:					Depósitos à Prazo Fixo de Acionistas	60365	8.201,74		
Créditos em liquidação	19514	178.147,51			Provisão para pagamentos a efetuar	60466	63.790,89		
Devedores diversos	19912	2.091,20	180.238,71	10.980.610,00	Contribuições e encargos a recolher	60507	9.132,79		
<b>IMOBILIZADO</b>					Imposto sobre Operações Financeiras	60569	8.119,79		
Imobilizações Técnicas:					Credores Diversos	60916	290,61		8.442.524,16
Instalações	23214	28.685,97			<b>RESULTADO PENDENTE</b>				
Móveis e utensílios	23517	19.744,88			Outras Contas:				
Veículos	23562	47.900,00			Rendas de Exercícios Futuros	86110	319.976,42		
Sistema de mecanização avançada	23410	61.144,27			Rendas em Suspensão	86316	17.909,25		
Almoxarifado	23465	15.615,77			Lucros e Perdas	86914	405.636,54		743.522,01
Instalação da sociedade	23515	72.157,18	245.248,07		<b>DE COMPENSAÇÃO</b>				
Imobilizações Financeiras:					Caução da Diretoria	90065	500,00		
Investimentos por incentivos fiscais	26204	72.045,00			Créditos Abertos à Utilizar	90113	4.630.000,00		
Participações de capital	26613	180.000,00			Cobrança de Conta Própria	90216	2.931.348,88		
Outras imobilizações financeiras	26819	1.000,00	253.045,00	498.293,07	Depositantes de Valores em Garantia	90364	19.692.655,88		
<b>RESULTADO PENDENTE</b>					Diversas contas de compensação passivas	90917	100.000,00	27.354.504,76	36.540.510,93
Outras Contas:					<b>TOTAL</b>				
Despesas de exercícios futuros	36115	420.556,99	420.556,99	420.556,99	99.568.826,48				
<b>DE COMPENSAÇÃO</b>									
Ações caucionadas	40060	500,00							
Aberturas de crédito contratadas	40118	4.630.000,00							
Mandatários por Cobrança	40211	2.931.348,88							
Valores em garantia	40569	19.692.655,88							
Diversas contas de compensação ativas	40912	100.000,00	27.354.504,76	27.354.504,76					
<b>TOTAL</b>				99.568.826,48					

Natal (RN), 31 de dezembro de 1973

Osmundo Araujo de Faria  
Diretor-Presidente

Dirceu de Faria Mariz  
Diretor-Superintendente

Tarcísio Pereira de Araujo  
Diretor-de-Operações

José Alberto Manso Maciel  
Contador Registro n.º 1092

## DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS"

DÉBITO					CRÉDITO				
VALORES — EM Cr\$					VALORES — EM Cr\$				
Títulos e Subtítulos	Código	Subtítulo	Título	Grupo	Títulos e Subtítulos	Código	Subtítulo	Título	Grupo
<b>a) — Despesas do Exercício:</b>					<b>a) — Receitas do Exercício:</b>				
Despesas Operacionais	33204		139.442,66		Rendas de Operações com ações Cambiais	83106		446.983,05	
Despesas Administrativas	33400		366.972,45		Rendas de Outras Aplicações	83216		354.022,81	
Despesa Patrimonial	33606		31.275,50		Rendas de Letras de Câmbio em Carteira	83412		37.305,80	
Despesas Tributárias	33802		91.889,25	629.579,66	Rendas Diversas	83618		500,00	838.611,66
<b>b) — Prejuízos de Exercícios Anteriores</b>					<b>b) — Reversão de Provisão para Devedores Duvidosos</b>				
<b>c) — Distribuição do Rêditto do Exercício:</b>									13.011,00
Fundo de Reserva Legal	33318		11.102,15	11.102,15	<b>TOTAL</b>				851.622,66
<b>d) — Lucros não Distribuídos à Disposição da Assembléa Geral</b>									
	8601112			210.940,85					
<b>TOTAL</b>				851.622,66					

Natal (RN), 31 de dezembro de 1973

Osmundo Araujo de Faria  
Diretor-Presidente

Dirceu de Faria Mariz  
Diretor-Superintendente

Tarcísio Pereira de Araujo  
Diretor-de-Operações

José Alberto Manso Maciel  
Contador Registro n.º 1092

Visto do Conselho Fiscal

Humberto Nezi  
José Henriques Bittencourt  
Gerson Donmarçq

As Vilas Rurais — distantes de Natal 300 quilômetros e a 40 quilômetros da cidade de Mossoró — pretendem, segundo o diretor presidente da CIMPARN, Antenor Madruga, proporcionar um número de mais de 9 mil empregos diretos ou indiretos, cuja remuneração não seria inferior a três salários mínimos regionais, além da garantia de assistência.

O custo do projeto está orçado em torno dos Cr\$ 54 milhões, sendo que esta quantia seria totalmente reversível ao Estado, segundo o parecer dos técnicos da CIMPARN — dentro de um curto prazo, afora o recolhimento, só em ICM, de 5,5 milhões de cruzeiros por ano.

#### INFRA-ESTRUTURAS AGRICOLA E ENERGETICA

A adutora que abastecerá as Vilas Rurais de água potável, através de captação em dois poços de arenito do rio Açu, já está com mais de 15 quilômetros de tubos assentados, dos 38 quilômetros do seu percurso. Dois reservatórios e duas estações elevatórias também estão sendo construídos.

A adutora tem a possibilidade de abastecer uma população equivalente a 12 a 15 mil pessoas e 8 a 10 mil cabeças de gado.

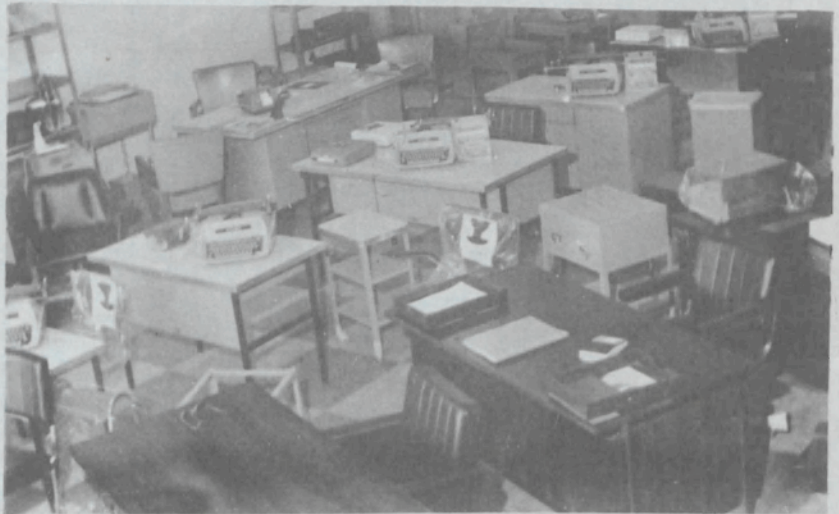
Quanto ao aspecto energético, as Serras do Mel e do Carmo estão com uma rede de alta tensão instalada pela COSERN, com 14.350 metros e com uma derivação (baixa tensão) de 15.170 metros, suficientes para abastecer todas as Vilas Rurais, de forma que os prognósticos da CIMPARN são otimistas, haja vista que esperam ter o projeto implantado até o final do ano corrente.

#### FINANCIAMENTO

O Banco do Brasil forneceu, recentemente, um financiamento de Cr\$ 25 milhões de cruzeiros, dos quais Cr\$ 20 milhões já foram liberados.

Estes recursos estão sendo aplicados no desmatamento de 33 mil hectares de terra; 385 mil metros de cercas de arame farpado; plantação de lavouras intercalares (cereais); construção de 1.200 casas residenciais para colonos (com área de 65 metros quadrados cada); aquisição de 2.500 novinhos e 1.500 animais de serviço e equipamentos agrícolas.

# MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO



## RECOMAPE

MATRIZ — Rua Dr. Barata, 242

FILIAL — Praça Augusto Severo, 91 Fones — 2-1467 e 2-1618

a certeza  
de comprar  
melhor  
pelo melhor  
preço



J. RESENDE garante isto, e muito mais. Tudo em móveis e eletrodomésticos para o seu lar e escritório pelos melhores preços da cidade. As marcas mais famosas estão em J. RESENDE.

*J. Resende Comércio S/A*

Rua Dr. Barata, 187 - Fone 2-2858 - Natal

O sr. Antenor Madruga, apontou os seguintes dados objetivos e atuais, resultantes da ação da Companhia de Implantação de Projetos Agrários do Rio Grande do Norte:

— As 320 propriedades que constituem as cinco primeiras Vilas Rurais, já estão em fase de conclusão, e o assentamento do pessoal deverá se dar no primeiro semestre deste ano, ou seja, nos meses de abril e maio, logo que se complete a instalação da adutora para o abastecimento d'água. Dos mais de 3 mil candidatos à ocupação da terra, 800 já foram selecionados. O desmatamento já atingiu 33 mil hectares, na base da operação "corrente", dos quais 20 mil hectares já estão complementados com outros benefícios. O levantamento topográfico da região foi além de 600 quilômetros, e por outro lado, já foram construídos 725 quilômetros de estradas carroviárias e 89 quilômetros de estradas de "primeira". O plantio de caju, que prevê um total de 2 milhões de pés, já conta com 570 mil pés devidamente plantados.

A CIMPARN prevê, para o transcorrer deste ano, as colheitas de 20 mil toneladas de sorgo; 1.100 toneladas de feijão e 1.425 toneladas de algodão, isto em virtude das novas frentes de culturas.

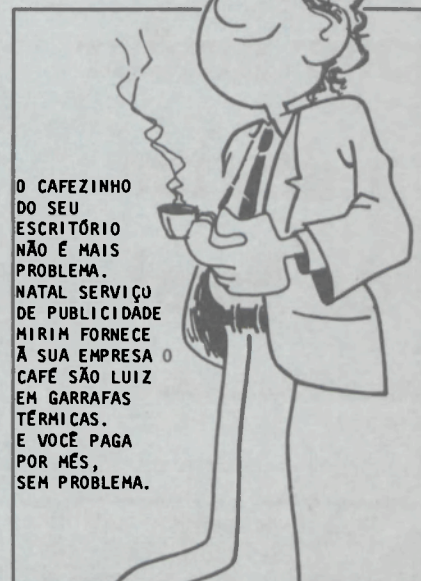
## COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS

Com relação à comercialização dos seus produtos, as Vilas Rurais contam com planos pormenorizados e diversificados. A castanha e os subprodutos da polpa do caju encontram perspectivas de venda no mercado externo, e no interno. O algodão, por sua vez alimentará as fiações que se encontram em implantação no Estado, estimuladas pelo governo, que criou o Funtexil.

Em setembro do ano passado, a CIMPARN negociou a primeira produção de sorgo extraída das Vilas Rurais, vendendo à Companhia Norte-rio-grandense de Fomento Agrícola (COFAN) um valor aproximado de 9 milhões de quilos de matéria prima para as suas fábricas.

O sorgo das Vilas Rurais foi colhido mecanicamente pela primeira vez no Estado, e depois entregue à COFAN. O algodão e o feijão da última safra foram comercializados na região das próprias Vilas Rurais; 120 mil quilos de algodão para a Companhia Alfredo Fernandes, de Mossoró; e 60 mil quilos de feijão diretamente negociados para a COBAL.

## natal serviço de publicidade mirim ltda.



O CAFEZINHO DO SEU ESCRITÓRIO NÃO É MAIS PROBLEMA. NATAL SERVIÇO DE PUBLICIDADE MIRIM FORNECE À SUA EMPRESA O CAFÉ SÃO LUIZ EM GARRAFAS TÉRMICAS. E VOCÊ PAGA POR MÊS, SEM PROBLEMA.

RUA JOSÉ DE ALENCAR, 706 - FONE 2-2156

## D6C NATURAL DA TERRA EM QUE SERVE



### D6C

- Motor diesel Cat de 142 cv (140 HP) no volante.
- Servo-transmissão (3 marchas à frente e à ré) ou transmissão direta (5 marchas à frente e 4 à ré).
- Embreagens de direção e freios em banho de óleo.
- Esteiras vedadas; roletas e rodas-guia de lubrificação permanente.



Quando você compra Caterpillar recebe muito mais que o melhor produto.

O conhecido trator de esteiras Caterpillar D6C agora é produzido no Brasil. Uma máquina com força de sobra para os maiores implementos e econômica para os pequenos trabalhos do dia a dia no campo. Uma máquina para todas as etapas de preparação do solo e insubstituível nos serviços complementares. Como "agricultor", executa trabalhos de desbravamento, limpeza, desmatamento, subsolagem, aração e fertilização profunda. Como "construtor", implanta ruas e estradas, faz açudes, barragens e canais de irrigação.

Agora é nosso; com um prazo de entrega muito menor. E com amplos planos de financiamento. E aquela qualidade de quem se chama Caterpillar em qualquer parte do mundo.

## MARCOSA S. A.

MÁQUINAS, REPRESENTAÇÕES, COMÉRCIO E INDÚSTRIA

NATAL - R. G. do Norte  
Trav. das Donzelas, 311

FORTALEZA - Ceará  
Rua Castro e Ulivo, 204/18

I. PESSOA - Paraíba  
Rua de Arês, 240

# Uma estrada pode mudar o destino de Natal

A iniciativa da implantação de uma via de acesso ligando Natal a Ponta Negra pela margem atlântica, tem sido um sonho caro aos muitos governos que já serviram a esta cidade; uma abordagem global que viesse a proporcionar dados fecundos sobre a viabilidade do projeto, todavia, ainda estava por nascer, e sem esse primeiro passo, nada poderia ser adiantado sobre a possível "performance" que acrescentaria não meramente mais estradas à nossa capital, mas, na verdade, uma nova fase turística, habitacional e econômica ao nosso relevo urbano.

Foi na administração atual que a idéia amadureceu e se pôde abordar de frente as dificuldades estruturais pertinentes ao projeto, a fim de esclarecer, de uma vez por todas, a viabilidade de tal empreendimento.

Desejosa de acelerar a obtenção de dados comprobatórios das dimensões gerais do projeto, a Prefeitura procurou apoio na COHAB, órgão do governo estadual voltado para problemas de urbanismo.

## RAZÕES DA ALIANÇA

As razões desta aliança se explicam: a Prefeitura, apesar de ser o órgão responsável pelo planejamento do desenvolvimento urbano da cidade, possui apenas uma pequena parte do terreno vinculado ao projeto, enquanto a maior parte pertence ao Estado. A presença da COHAB, como representante do Governo, no empreendimento, se deve a sua flexibilidade de ação, haja

vista ser ela uma sociedade de economia mista vinculada ao BNH e, conseqüentemente, também relacionada com a solução de problemas urbanos. O BNH, como vínculo da COHAB, também tem sua razão de ser: financiará toda a textura econômica do projeto.

Segundo demonstrou o diretor presidente da COHAB, economista Ezequias Pegado Cortez Neto, o projeto se encontra ainda em fase de estudo, enfrentando uma série de dificuldades pertinentes a trabalho de tal vulto como ocorre neste caso, daí a razão de não se poder aventurar detalhes mais importantes da obra. Quer a COHAB fornecê-los de conformidade com a apuração dos dados, a medida que sejam definidas as linhas gerais que darão corpo ao projeto, o que poderá ocorrer dentro de dois meses.

## A ESSENCIA DO PROJETO

A gente do povo, quando de seus contatos com os rumores primários da viabilidade de uma vinculação entre Natal e Ponta Negra, pela orla marítima, relacionou-a a uma simples rodovia que serviria de ponto comum entre esses dois polos. Na verdade, como revelou Ezequias Pegado Cortez Neto, a estrada tem relativa importância, uma vez que a sua construção pressupõe, antes de mais nada, a possível urbanização de todo o contexto marginal extensivo ao projeto, partinda da região de Mãe Luíza, (cujos habitantes já foram consultados através de uma enquete sócio-econômica, agora em apuração) até à praia de Ponta Negra.



Ezequias Pegado, da COHAB



Moacir Gomes, arquiteto

## FILOSOFIA DIRETRIZ DA OBRA

É sabido o grande interesse turístico despertado por esse projeto: por outro lado, existe a preocupação constante de não se prejudicar a arborização das áreas relacionadas, o que, na eventualidade de ocorrer, poderia se constituir num erro irreversível que viria a danificar profundamente toda a tessitura das idéias iniciais, inclusive contrariando a filosofia do Plano Diretor da Cidade do Natal, ora na Câmara para aprovação.

Diz Ezequias Cortez que "faz-se mister a maior argúcia e cautela, para que esse projeto venha a se constituir num empreendimento positivo para a cidade e seus habitantes, sobretudo aqueles que venham a adquirir lotes nas regiões ali eventualmente urbanizadas".

O arquiteto Moacir Gomes da Costa, frente à parte técnica do projeto, disse a tal respeito que, em virtude de ainda não dispor do esboço topográfico do projeto não pode precisar maiores detalhes de como será a urbanização da área, mas adiantou alguns dados sobre os tipos de habitação e aspecto geral do projeto. As quadras habitacionais, segundo o arquiteto, serão dispostas nas zonas mais uniformes do terreno (o que será determinado com a planta topográfica), sendo suas casas construídas em grandes lotes a fim de provocar a baixa densidade demográfica (tipo "A") o que virá a favorecer a construção de um bairro autônomo, com centros comerciais de apoio, tendo em vista que às zonas mais acidentadas da região dar-se-á prioridade à construção de hotéis, super-mercados, armazéns, hotéis, enfim, toda uma infra-estrutura econômica-social. ●



**Gráfica**  
**RN-ECONÔMICO:**  
**impressos**  
**de qualidade**  
**Off Set para**  
**sua empresa!**

*RN-ECONÔMICO possui o mais completo sistema de impressão OFF SET do Estado. Mas isso não é tudo: RN-ECONÔMICO também possui o melhor departamento de arte, para criar e executar desde o simples papel timbrado da sua empresa até o mais sofisticado cartaz de propaganda. Quando pensar em impressos OFF SET, lembre-se que RN-ECONÔMICO garante o melhor pelos menores preços.*

**GRÁFICA RN - ECONÔMICO**

Rua Prudente de Moraes, 1524 - Fone 2-0706  
Rua Princesa Isabel, 670 - Natal - RN

---

**Use e abuse,  
já vem robusto.**



**MARPAS S. A.**  
**Av. Tavares de Lira, 159**



REVENDEDOR  
AUTORIZADO